



**RELATÓRIO NACIONAL SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO
DA CONVENÇÃO DE RAMSAR SOBRE ÁREAS ÚMIDAS**

BRASIL

**Relatório Nacional a ser submetido à 11ª Reunião
da Conferência das Partes Contratantes,
Romênia, junho de 2012**

Brasília, Novembro de 2011

Introdução

Este Relatório Nacional foi preparado pelo Brasil para a 11ª reunião da Conferência das Partes Contratantes da Convenção de Ramsar, a ser realizada em Bucareste, na Romênia, em junho de 2012. O relatório contém 82 perguntas sobre indicadores selecionados de acordo com os termos das Metas e Estratégias do Plano Estratégico de Ramsar para 2009-2015, além da Seção 4, que inclui informações adicionais sobre os Sítios Ramsar brasileiros.

Os Relatórios Nacionais das Partes Contratantes são documentos oficiais da Convenção que são disponibilizados ao público através da página eletrônica da Convenção (www.ramsar.org). Os seis principais objetivos dos Relatórios Nacionais são os seguintes:

1. Fornecer dados e informações sobre como a Convenção está sendo implementada;
2. Registrar as lições e experiências para ajudar as Partes no desenvolvimento de ações futuras;
3. Identificar as questões emergentes e os desafios da implementação enfrentados pelas Partes e que podem precisar de maior atenção da Conferência das Partes;
4. Servir como um meio para as Partes mostrarem sua responsabilidade por seus compromissos com a Convenção;
5. Servir como uma ferramenta para que cada Parte possa avaliar e monitorar seus avanços na implementação e planejar suas futuras prioridades; e
6. Fornecer uma oportunidade às Partes para chamar atenção para suas realizações durante o triênio.

Os dados e informações fornecidos pelas Partes em seus Relatórios Nacionais têm também outro propósito valioso, uma vez que vários indicadores nesses relatórios sobre a implementação da Convenção pelas Partes servem como importantes fontes de informação para a análise e avaliação dos indicadores ecológicos orientados para resultados sobre a efetividade da implementação da Convenção, que estão atualmente sendo aperfeiçoados pelo Painel Científico e Técnico de Revisão, para a consideração do Comitê Permanente e da COP-11.

Os Relatórios Nacionais para a Convenção são utilizados de diversas formas, incluindo as seguintes:

- Servindo de base para os relatórios do Secretariado sobre a implementação global e regional da Convenção e seus avanços, apresentados em cada reunião da Conferência das Partes;
- Fornecendo informações sobre questões específicas ligadas à implementação, em apoio à cláusula de conselhos e decisões das Partes na COP;

- Servindo como fonte de dados para avaliações temporais dos avanços de aspectos específicos da implementação da Convenção incluídos em outros produtos da Convenção. Um exemplo seria o resumo dos avanços obtidos desde a COP-3 (Regina, 1997) no desenvolvimento das Políticas Nacionais sobre Zonas Úmidas, incluído como a Tabela 1 do Manual de Ramsar para o Uso Racional 2 (4ª edição, 2010); e
- Fornecendo informações para os relatórios fornecidos à Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) sobre a implementação nos países do Plano de Trabalho Conjunto CDB/Ramsar e sobre o papel de liderança da Convenção de Ramsar na implementação da CDB em zonas úmidas.

Para facilitar a comparação com relatórios anteriores e outros documentos da Convenção, diversas perguntas desse relatório indicam entre chaves – {x.x.x} – sua correspondência com as perguntas do Relatório Nacional anterior fornecido para a COP-10 e, quando relevante, sua correspondência com a Área Resultado Chave (KRA) relevante relacionada às Partes Contratantes no Plano Estratégico de 2009-2015.

SEÇÃO 1: INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

NOME DA PARTE CONTRATANTE: BRASIL	
AUTORIDADE ADMINISTRATIVA DESIGNADA PARA RAMSAR	
Nome da Autoridade Administrativa:	Ministério do Meio Ambiente / Secretaria de Biodiversidade e Florestas / Gerência de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros
Chefe da Autoridade Administrativa – nome e cargo:	Ana Paula Leite Prates, Diretora, Departamento de Áreas Protegidas
Endereço:	SEPN 505 – Bloco B – Ed. Marie Prendi Cruz – sala 402, Brasília, DF – Brasil – CEP 70730-542
Telefone/Fax:	+(55-61) 2028-2066 / FAX +(55-61) 2028-1980
Email:	ana-paula.prates@mma.gov.br
PONTO FOCAL NACIONAL DESIGNADO PARA ASSUNTOS DA CONVENÇÃO DE RAMSAR	
Nome e cargo:	Maria Raquel Carvalho, Consultora
Endereço:	Idem acima
Telefone/Fax:	+(55-61) 2028-2066
Email:	maria.carvalho@mma.gov.br
AUTORIDADE POLÍTICA NACIONAL DESIGNADA PARA RAMSAR	
Nome da Autoridade Política:	Ministério das Relações Exteriores / Divisão do Meio Ambiente
Chefe da Autoridade Política – nome e cargo:	Paulino Franco de Carvalho Neto, Chefe da Divisão do Meio Ambiente
Endereço:	Divisão do Meio Ambiente, Ministério das Relações Exteriores, Anexo I – sala 439, Brasília – DF, Brasil – CEP 70170-900
Telefone/Fax:	+(55-61) 3411-8447
Email:	dama@itamaraty.gov.br
PONTO FOCAL NACIONAL DESIGNADO PARA QUESTÕES RELACIONADAS AO STRP (PAINEL CIENTÍFICO E TÉCNICO DE REVISÃO)	
Nome e cargo:	Eurico Cabral de Oliveira Filho
Nome da organização:	Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo
Endereço:	Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo, Caixa Postal 11461, CEP 05422-970
Telefone/Fax:	+(55-61) 3091-7630
Email:	euricodo@usp.br
PONTO FOCAL NACIONAL GOVERNAMENTAL DESIGNADO PARA QUESTÕES RELACIONADAS AO PROGRAMA CEPA SOBRE COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO	
Nome e cargo:	Antonia da Silva Samir Ribeiro
Nome da organização:	Ministério do Meio Ambiente / Secretaria de Coordenação Institucional e Cidadania / Departamento de Responsabilidade Sócio-Ambiental
Endereço:	Esplanada dos Ministérios, Bloco B, sala 533, Brasília – DF, Brasil, CEP 70068-900
Telefone/Fax:	+(55-61) 2028-1554

Email:	educambiental@mma.gov.br ; antonia.samir@mma.gov.br
PONTO FOCAL NACIONAL NÃO-GOVERNAMENTAL DESIGNADO PARA QUESTÕES RELACIONADAS AO PROGRAMA SOBRE COMUNICAÇÃO, EDUCAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO	
Nome e cargo:	Não designado.
Nome da organização:	
Endereço:	
Telefone/Fax:	
Email:	

SEÇÃO 2: RESUMO GERAL DOS AVANÇOS E DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO NACIONAL

Em seu país, no último triênio (ou seja, desde o relatório para a COP-10):

A. Que novos passos foram dados para implementar a Convenção?

O trabalho do Comitê Nacional de Zonas Úmidas (CNZU) foi fortalecido com o aumento da frequência das reuniões e com as discussões detalhadas sobre temas específicos, viabilizadas pela criação das Comissões Técnicas (CT) do CNZU: CT de Recifes de Coral; CT Manguezais; CT de Definição de Critérios para a Designação de Sítios Ramsar.

B. Quais foram os aspectos mais bem-sucedidos da implementação da Convenção?

Além do fortalecimento do Comitê Nacional de Zonas Úmidas (ver acima), o CNZU produziu uma lista preliminar das áreas prioritárias para a designação de novos Sítios Ramsar (ver resposta da questão 2.1.1) que, juntamente com o trabalho da Comissão Técnica de Definição de Critérios para a Designação de Sítios Ramsar, deve facilitar grandemente o processo de solicitação para a designação de novos Sítios.

A divulgação de informações sobre a Convenção e seus princípios também tem sido um aspecto bem-sucedido da implementação no Brasil, particularmente através da produção e distribuição de materiais impressos educativos e de conscientização.

Foi também obtido um maior envolvimento dos gestores de Sítios Ramsar brasileiros na implementação da Convenção através das atividades de capacitação e visitas de intercâmbio realizadas entre 2008 e 2010.

C. Quais têm sido as maiores dificuldades encontradas na implementação da Convenção?

Uma das maiores dificuldades encontradas é obter o envolvimento de outros setores além do setor ambiental na conservação de zonas úmidas e no uso sustentável de seus recursos naturais. A falta de recursos financeiros para a organização de reuniões e eventos de capacitação, assim como financiar a participação de pessoas relevantes nesses eventos também representa uma grande dificuldade para a implementação da Convenção. É preciso também salientar que a distância geográfica entre os Sítios Ramsar e a Autoridade Administrativa também representa um custo significativo em termos de tempo e recursos financeiros para a participação em reuniões e atividades de treinamento. Adicionalmente, o número insuficiente de técnicos em agências governamentais que tenham dedicação exclusiva aos assuntos da Convenção também prejudica o ritmo de implementação.

D. Quais são as prioridades futuras para a implementação da Convenção?

Uma das principais prioridades é cumprir os objetivos das Comissões Técnicas (CT) do CNZU (CT de Recifes de Coral, CT Manguezais, CT de Definição de Critérios para a Designação de Sítios Ramsar), que estão discutindo os temas atualmente mais relevantes para o país. Os resultados produzidos pelas Comissões Técnicas fornecerão orientações claras para a implementação de ações relacionadas às questões mais urgentes, tais como manguezais, recifes de corais e a definição de prioridades para zonas úmidas.

A outra prioridade para os próximos anos é propor a designação de novos Sítios Ramsar brasileiros, para assegurar a representatividade dos diversos tipos de zonas úmidas no país.

E. A Parte Contratante tem alguma proposta com relação a ajustes no Plano Estratégico 2009-2015?

Não.

F. A Parte Contratante tem alguma recomendação com relação à assistência para implementação fornecida pelo Secretariado da Convenção?

A assistência para implementação fornecida pelo Secretariado da Convenção poderia aumentar o efeito da sua contribuição para a implementação nacional fornecendo um maior apoio financeiro para atividades de capacitação, particularmente envolvendo gestores dos Sítios (ex.: para financiar viagens, reuniões, visitas de intercâmbio), e apoio para o trabalho do Ponto Focal Técnico Nacional (ex.: para financiar consultores para fortalecer a equipe técnica, estudos sobre temas prioritários específicos, e produção de materiais impressos

sobre as questões relacionadas a Ramsar, etc.).

G. A Parte Contratante tem alguma recomendação com relação à assistência para implementação fornecida pelas Organizações Internacionais Parceiras da Convenção (IOPs)?

Reconhecendo a colaboração da BirdLife International e da WWF, as IOPs poderiam melhorar sua assistência através do fortalecimento de sua participação e colaboração (ex.: aumentando a frequência de sua participação) nas reuniões e discussões do CNZU e de suas Comissões Técnicas. A WWF poderia ainda ajudar designando um Ponto Focal Nacional Não-Governamental para Questões Relacionadas ao Programa CEPA.

H. Como a implementação nacional da Convenção de Ramsar pode melhorar a conexão com a implementação de outros acordos ambientais multilaterais (MEAs), especialmente aqueles no “grupo da biodiversidade” (Ramsar, Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB, Convenção sobre Espécies Migradoras – CMS, CITES, e Convenção sobre o Patrimônio Mundial), e com a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação - UNCCD e Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - UNFCCC?

Uma idéia a ser discutida com os pontos focais nacionais de outras convenções é a criação de um mecanismo simples (ex.: troca eletrônica de mensagens) para compartilhar informações entre pontos focais sobre as ações planejadas, principais questões que estão sendo discutidas, resoluções ou recomendações nacionais, além de outras informações relevantes no âmbito de cada convenção.

Não obstante, as atividades realizadas no âmbito de outras convenções ambientais internacionais, particularmente da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), freqüentemente contribuem para o alcance de pelo menos alguns dos objetivos da Convenção de Ramsar, mesmo tendo em conta que essas atividades normalmente não são direcionadas para as zonas úmidas e nem mesmo coordenadas com a implementação nacional da Convenção de Ramsar. Por exemplo, em abril de 2011 o Ministério do Meio Ambiente iniciou os *Diálogos de Biodiversidade*, uma iniciativa no âmbito da CDB: essa iniciativa está organizando discussões setoriais com o objetivo de desenvolver as Metas Nacionais de Biodiversidade para 2020 com base no Plano Estratégico da CDB para 2011-2020, com ampla participação dos diversos setores. Os diálogos com o setor governamental estão planejados para novembro de 2011 e contarão com a participação do Ponto Focal de Ramsar, para assegurar que sejam definidas metas nacionais adequadas para as questões relacionadas às zonas úmidas, tais como áreas protegidas. Adicionalmente, como as metas estabelecidas pela CDB contribuem para a conservação e uso sustentável da biodiversidade das zonas úmidas, os objetivos dessa iniciativa em geral estão também contribuindo para a implementação da Convenção de Ramsar no Brasil.

I. Como a implementação da Convenção de Ramsar pode ser mais bem conectada com a implementação da estratégia ou política hídrica e outras estratégias no país (ex.: desenvolvimento sustentável, energia, indústrias extrativistas, redução da pobreza, saneamento, segurança alimentar, biodiversidade)?

A gestão dos recursos hídricos no Brasil está atualmente relacionada principalmente com o uso da água pelo setor produtivo. Esses usos são classificados por setor (saneamento, irrigação, energia, indústria, transporte, pesca, lazer e turismo), notando que o próprio meio ambiente não é ainda considerado um usuário da água para propósitos de planejamento. As agências ambientais federais vêm realizando estudos e pesquisas sobre diversos aspectos dos ambientes em zonas úmidas nos últimos anos, que podem funcionar como um primeiro passo no processo de integrar parâmetros biológicos e questões ambientais nas políticas e estratégias dos setores econômicos. Debates e negociações com várias agências dos setores econômicos, incluindo a Agência Nacional de Água (ANA), o Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), o Ministério da Agricultura (MAPA) e o Ministério de Minas e Energia (MME), serão necessários para desenvolver melhores vínculos entre as políticas ligadas à água e os objetivos da Convenção, o que pode levar vários anos para produzir resultados práticos.

J. A Parte Contratante tem outros comentários gerais sobre a implementação da Convenção?

Não.



SEÇÃO 3: PERGUNTAS SOBRE OS INDICADORES & OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO

META 1. O USO RACIONAL DAS ZONAS ÚMIDAS

ESTRATÉGIA 1.1: Inventário e avaliação das zonas úmidas. *Descrever, avaliar e monitorar a extensão e as condições de todos os tipos de zonas úmidas conforme definidos pela Convenção de Ramsar e dos recursos das zonas úmidas em escalas relevantes, para informar e apoiar a implementação da Convenção, em particular na aplicação de suas cláusulas relacionadas ao uso racional de todas as zonas úmidas.*

1.1.1 Seu país tem um inventário nacional abrangente das zonas úmidas? {1.1.1} KRA 1.1.i	A - Sim
<p>1.1.1 Informações adicionais: O Inventário de Áreas Úmidas Brasileiras foi publicado em 2002, abrangendo 57 complexos de zonas úmidas. A publicação (Diegues, A. C., 2002. Povos e Águas – <i>Inventário de áreas úmidas brasileiras</i>. NUPAUB-USP, 2ª ed.) foi realizada pela Universidade de São Paulo (www.usp.br/nupaub), mas não está disponível em formato eletrônico. O Ministério do Meio Ambiente publicou em 2010 o Panorama da Conservação dos Ecossistemas Costeiros e Marinhos no Brasil (Ministério do Meio Ambiente, 2010. <i>Panorama da Conservação dos Ecossistemas Costeiros e Marinhos no Brasil</i>. Brasília: MMA/SBF/GBA, 148 p.), que fornece informações sobre a situação atual de conservação desses ecossistemas, assim como uma revisão dos mapas e regulamentações e uma atualização dos projetos governamentais em curso e recentes, relevantes para esses ecossistemas. Em 2010 o Ministério do Meio Ambiente contratou uma consultoria para auxiliar em uma avaliação de todas as Áreas Prioritárias para a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade Brasileira (cuja lista foi revisada em 2007), para identificar aquelas áreas que devem ser consideradas uma prioridade também para a conservação e uso sustentável de ecossistemas aquáticos. Essa consultoria resultou em uma lista de 54 áreas prioritárias que contêm zonas úmidas importantes. A Gerência de Biodiversidade Aquática do Ministério do Meio Ambiente (MMA/GBA) está atualmente revisando o mapa dos manguezais brasileiros, com o objetivo de publicar um Atlas dos Manguezais Brasileiros (publicação planejada para o final de 2011).</p>	
1.1.2 Os dados e informações sobre o inventário de zonas úmidas são mantidos e disponibilizados a todos os atores relevantes? {1.1.2} KRA 1.1.ii	A - Sim
<p>1.1.2 Informações adicionais: Os dados e informações sobre o inventário de zonas úmidas estão parcialmente disponíveis. Consulte a resposta à questão 1.1.1 acima e o relatório nacional anterior para uma lista de inventários e outros exercícios relevantes de priorização e mapeamento.</p>	
1.1.3 A condição* das zonas úmidas em seu país, em geral, mudou desde o triênio anterior? {1.1.3 & 1.1.4}	O – Sem mudanças O – Sem mudanças
<p style="text-align: center;">a) Sítios Ramsar b) zonas úmidas em geral</p> <p>Favor comentar sobre a natureza das informações em que se baseia a sua resposta na caixa de texto abaixo. Se houver diferença entre as situações das zonas úmidas interiores e costeiras, favor descrevê-las. Se possível, comente sobre quais são os principais motivos das mudanças. *“Condição” corresponde ao caráter ecológico, conforme definido pela Convenção.</p>	
1.1.3 a) Informações adicionais: Os Sítios Ramsar brasileiros não indicaram mudanças ecológicas relevantes na Ficha Informativa Ramsar	

mais recente (setembro de 2011).

1.1.3 b) Informações adicionais:

Não existem informações sistematizadas de monitoramento ecológico para zonas úmidas que não possuem a designação de Ramsar no Brasil. Existem iniciativas pontuais de monitoramento de recursos hídricos ou aspectos isolados de zonas úmidas (ver abaixo), mas os dados sistematizados sobre monitoramento ecológico no país são limitados. A maior parte dos dados não focaliza exclusivamente as zonas úmidas e, em sua maioria, os dados têm como foco as áreas protegidas e não as zonas úmidas em geral (ou outro ecossistema não protegido).

Iniciativas existentes:

- Agências estaduais e nacionais relacionadas à água monitoram a qualidade e a quantidade da água em pontos de verificação distribuídos por todo o país, mas com foco no uso humano (para consumo doméstico e setores econômicos).

- Programa Nacional de Monitoramento dos Recifes de Coral: Com a ajuda de instituições parceiras (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE e Instituto Recifes Costeiros – IRCOS), o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade (ICMBio) vêm monitorando os recifes de coral desde 2002 em seis áreas piloto: Parque Nacional de Abrolhos; Parque Nacional de Fernando de Noronha; Reserva Biológica do Atol das Rocas; Reserva Extrativista Marinha Corumbau; Área de Proteção Ambiental da Costa dos Corais; e Área de Proteção Ambiental dos Recifes de Coral. O Programa tem os seguintes componentes: (i) monitoramento dos recifes de coral, utilizando a metodologia ReefCheck; (ii) mapeamento dos recifes de coral localizados dentro de unidades de conservação; (iii) campanhas de informação e educação ambiental; e (iv) o Projeto Coral Vivo, que realiza pesquisas sobre a reprodução, recrutamento e dispersão de corais, assim como atividades educativas sobre a conservação e o uso sustentável dos recifes de coral.

- Projeto GEF Mangue: O ICMBio coordena a implementação desse Projeto para a Efetividade da Conservação e Uso Sustentável dos Ecossistemas de Manguezal em Unidades de Conservação (Projeto GEF Mangue), iniciada no final de 2010. Esse projeto tem os seguintes objetivos: (i) desenvolver e fortalecer uma rede de unidades de conservação de manguezais; (ii) implementar princípios de gestão ecossistêmica para atividades pesqueiras em áreas de mangue; (iii) compatibilizar os instrumentos de planejamento territorial com a gestão de unidades de conservação; e (iv) disseminar o valor e as funções ecológicas dos manguezais. As estimativas indicam que 25% dos manguezais brasileiros já foram destruídos por atividades de aquíicultura (especialmente carcinicultura) e de desenvolvimento costeiro. O projeto está iniciando suas atividades em cinco áreas piloto, com a discussão de projetos-piloto específicos a serem implementados ao longo do projeto, de acordo com as características e ameaças em cada área:

- Complexo Estuarino Lagunar Iguape-Paranaguá (costa sul – SP e PR). Projeto piloto: Gestão integrada de unidade de conservação e mecanismos financeiros.
- APA e Bacia Hidrográfica do Rio Mamanguape (costa nordeste – PB). Projeto piloto: Manejo integrado de unidade de conservação e recursos hídricos.
- Delta do Parnaíba (costa nordeste – PI). Projeto piloto: Cadeias produtivas.
- Reentrâncias Maranhenses (costa nordeste – MA). Projeto piloto: Ordenamento territorial.
- Salgado Paraense (costa norte – PA). Projeto piloto: Gestão ecossistêmica dos recursos pesqueiros.

- Projeto de Áreas Protegidas Marinhas e Costeiras, com apoio do GEF (GEF MAR): O MMA está atualmente preparando esse projeto, que foi submetido ao GEF, com o objetivo de apoiar a criação e implementação de um sistema representativo de unidades de conservação costeiras e marinhas no Brasil, para reduzir a perda de biodiversidade marinha. A implementação do projeto deve ser iniciada em 2010.

- O MMA e o ICMBio publicam periodicamente informações atualizadas sobre as espécies ameaçadas (de todos os ecossistemas, inclusive de zonas úmidas), tais como o Livro Vermelho das Espécies Ameaçadas do Brasil.

- Adicionalmente, o MMA publicou informações importantes sobre a ecologia de zonas úmidas: (i) Brasil – MMA/SBF, 2008. Informe sobre as Espécies Exóticas Marinhas no Brasil. 439 p; (ii) Brasil – MMA/SBF, no prelo. Fauna, Flora e Microorganismos Invasores em Águas Continentais Brasileiras. 449 p (baseado em um relatório de 2009). Autores: A.O. Latini, D.C. Resende, R.O. Latini, D.P. Lima, L.T. Oporto, e F.A. Ferreira; (iii) Brasil – MMA/SBF, 2011. Áreas de Preservação Permanente x Áreas de Risco: o que uma coisa tem a ver com a outra? 96 p.

Informações adicionais sobre qualquer outro aspecto da implementação da Estratégia 1.1:

ESTRATÉGIA 1.3: Políticas, legislação e instituições. *Desenvolver e implementar políticas, legislação e práticas, incluindo o crescimento e desenvolvimento de instituições adequadas, em todas as Partes Contratantes, para assegurar que as cláusulas da Convenção sobre o uso racional estejam sendo aplicadas de forma efetiva.*

1.3.1 Existe uma Política Nacional de Zonas Úmidas (ou instrumento equivalente) estabelecido? {1.2.1} KRA 1.3.i (Se “Sim”, fornecer o título e data da política nas informações adicionais)	A – Sim
<p>1.3.1 Informações adicionais:</p> <p>Como informado no relatório anterior, embora não exista uma política específica para as zonas úmidas, o Brasil tem uma estrutura bem desenvolvida de políticas ambientais, que é aplicada em todos os tipos de ecossistemas brasileiros. O governo brasileiro acredita que a melhor estratégia para o país é fiscalizar a aplicação da extensa legislação ambiental existente, em vez de criar uma nova política exclusivamente para as zonas úmidas. Algumas das políticas mais relevantes são: o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP – 2006), que inclui um capítulo sobre as “Estratégias Nacionais para Áreas Reconhecidas Internacionalmente”; Política Nacional de Biodiversidade (PNB – 2002); Política Nacional de Meio Ambiente (2002); Código Florestal (Lei Federal 4.771/65, atualmente em processo de revisão); Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH); Plano de Saneamento Básico Participativo (PLANSAB); Política de Formação Humana na Área de Pesca Marinha e Continental e Aquicultura Familiar; Programa de Integração de Bacias Hidrográficas; Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental; Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros; Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos; entre muitos outros programas e políticas governamentais. Outras políticas relevantes mais recentes também afetam as zonas úmidas, tais como:</p> <p>a) Lei da Mata Atlântica (nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006): A legislação desenvolvida para a Mata Atlântica em 2001 e 2006, com base na Resolução CONAMA 278 (http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=276; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2006/lei/11428.htm), juntamente com o fortalecimento do monitoramento e controle, ajudou a evitar a continuação do manejo e degradação de floresta primária e fragmentos florestais em estágio intermediário ou avançado de sucessão que contêm espécies ameaçadas. Isso levou a uma redução notável das atividades ilegais e à recuperação visível desses fragmentos florestais, o que contribuiu para reduzir a erosão do solo e para a manutenção dos recursos hídricos e dos serviços ecossistêmicos.</p> <p>b) Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010): Essa política estabelece as diretrizes para a gestão dos resíduos sólidos, incluindo a destinação final ambientalmente adequada. O Plano Nacional de Resíduos Sólidos está atualmente sendo desenvolvido para melhorar a implementação da política.</p> <p>c) Política Nacional de Mudança do Clima (Lei 12.187/2009, regulamentada pelo Decreto 7.390/2010): O Plano Nacional de Mudança do Clima foi preparado em 2008 e está atualmente sendo revisado. Adicionalmente, planos setoriais estão sendo desenvolvidos sob a coordenação de um grupo de trabalho da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC).</p>	
1.3.2 A Política Nacional de Zonas Úmidas (ou instrumento equivalente) incorpora algum dos objetivos e ações da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (WSSD)? {1.2.2}	A – Sim
<p>1.3.2 Informações adicionais:</p> <p>Como informado no relatório anterior, embora o Brasil não tenha desenvolvido uma política específica sobre zonas úmidas, três dos Objetivos de Desenvolvimento Global do Milênio são claramente abordados pelas políticas listadas na resposta à questão 1.3.1: Objetivo 1 – Erradicar a fome e a pobreza extrema; Objetivo 3 – Promover a igualdade entre os gêneros e empoderar as mulheres; e Objetivo 7 – Assegurar a sustentabilidade ambiental.</p> <p>Outras políticas brasileiras com efeito direto ou indireto sobre as zonas úmidas também tratam dos Objetivos</p>	

do Milênio ainda mais especificamente, tais como o Programa Fome Zero; Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social para o Saneamento (PEAMSS); Plano de Saneamento Básico Participativo (PLANSAB); Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva dos Recursos Pesqueiros da Amazônia – CT Pesca; Ciência e Tecnologia Aplicada à Biodiversidade e aos Recursos Naturais; Programa Comunidades Tradicionais; Política de Formação Humana na Área de Pesca Marinha e Continental e Aqüicultura Familiar; campanha Saco é um Saco (para reduzir o uso de sacolas plásticas, que freqüentemente entopem os sistemas urbanos de drenagem); entre muitos outros programas e políticas governamentais.

<p>1.3.3 As questões relativas às zonas úmidas foram incorporadas em outras estratégias e processos de planejamento, incluindo:</p> <p>a) Estratégias de erradicação da pobreza b) Gestão de recursos hídricos e planos de eficiência hídrica c) Planos de gestão de recursos costeiros e marinhos d) Programas nacionais relacionados às florestas e) Estratégias nacionais para o desenvolvimento sustentável f) Políticas ou medidas nacionais para a agricultura g) Estratégia Nacional de Biodiversidade e Planos de Ação</p> <p>{1.2.3} KRA 1.3.i</p>	<p>A – Sim A – Sim</p>
<p>1.3.3 Informações adicionais:</p> <p>As questões relacionadas às zonas úmidas estão diretamente ou indiretamente incluídas em diversas políticas, programas e planos nacionais, embora em sua maioria esses instrumentos não tenham sido planejados especificamente ou exclusivamente para as zonas úmidas. Algumas dessas políticas, programas e planos atuais são:</p> <p>1. <u>Ministério do Meio Ambiente (MMA)</u>: (i) Agenda 21; (ii) Programa de Combate à Desertificação; (iii) Comunidades Tradicionais; (iv) Conservação e Recuperação dos Biomas Brasileiros; (v) Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Genéticos; (vi) Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Agrobiodiversidade; (vii) Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis; (viii) Política Nacional de Meio Ambiente; (ix) Política Nacional de Recursos Hídricos; (x) Política Nacional de Florestas; (xi) Prevenção e Combate ao Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais – Florescer; (xii) Probacias – Conservação de Bacias Hidrográficas; (xiii) Qualidade Ambiental; (xiv) Recursos Pesqueiros Sustentáveis; (xv) Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos; (xvi) Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental; (xvii) Zoneamento Ecológico-Econômico; (xviii) Ampliar a Contribuição do Brasil na Redução de Emissões por Fontes e Remoção por Sumidouros de Gases do Efeito Estufa e Preparar o País para os Efeitos das Mudanças Climáticas.</p> <p>2. <u>Ministério da Pesca e Aqüicultura (MPA)</u>: (i) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Aqüicultura e Pesca (colaboração com MCTI); (ii) Política de Formação Humana na Área de Pesca Marinha e Continental e Aqüicultura Familiar (colaboração com MEC).</p> <p>3. <u>Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)</u>: (i) Impulsionar o Desenvolvimento Sustentável no País por meio do Agronegócio; (ii) Aumentar a Produção de Produtos Agropecuários Não-alimentares e Não-energéticos; (iii) Garantir a Segurança Alimentar; (iv) Ampliar a Participação da Agroenergia na Matriz Energética; (v) Programa da Agricultura de Baixo Carbono – PBC; (vi) Pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de agricultura sustentável pela EMBRAPA; (vii) Projeto de Integração de Sistemas Agrícolas – PISA.</p> <p>4. <u>Ministério das Cidades (MC)</u>: (i) Rede de Pesca e Aqüicultura – REPAQ/SUDAM; (ii) Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento (PEAMSS); (iii) Plano de Saneamento Básico Participativo (PLANSAB).</p> <p>5. <u>Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)</u>: (i) Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Aqüicultura e Pesca; (ii) Projeto Cenários para a Amazônia: Biodiversidade, Uso da Terra e Clima; (iii) Rede de Pesquisas para o Uso Sustentável e Conservação do Cerrado – ComCerrado; (iv) Sub-Programa de Ciência e Tecnologia do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais; (v) Desenvolvimento de Pesquisas Estratégicas para os Biomas; (vi) Apoio ao Desenvolvimento da Cadeia Produtiva dos Recursos Pesqueiros da Amazônia – CT Pesca; (vii) Plano Amazônia Sustentável – PAS; (viii) Ciência e Tecnologia Aplicada para a Exploração dos Recursos do Mar; (ix) Ciência e Tecnologia Aplicada à Biodiversidade e aos</p>	

Recursos Naturais; (x) Programa Nacional de Mudanças Climáticas; (xi) Instituto Nacional de Áreas Úmidas – INAU (um dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia).

6. Ministério da Educação (MEC): (i) III Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente; (ii) Política de Formação Humana na Área de Pesca Marinha e Continental e Aqüicultura Familiar.

7. Ministério da Integração Nacional (MI): (i) Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-regionais – PROMESO; (ii) Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido – CONVIVER; (iii) Programa de Integração de Bacias Hidrográficas.

8. Ministério das Relações Exteriores (MRE): (i) Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB); (ii) Protocolo de Cartagena; (iii) Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação (UNCCD); (iv) Convenção de Ramsar; (v) Convenção Interamericana para a Proteção e Conservação das Tartarugas Marinhas; (vi) Acordo sobre a Conservação de Albatrozes e Petréis (no âmbito da Convenção de Espécies Migradoras).

9. Ministério da Saúde (MS): (i) Conferência Nacional de Saúde Ambiental; (ii) Programa de Vigilância em Saúde Ambiental.

10. Ministério do Turismo: (i) Programa de Estruturação dos Segmentos Turísticos: Ecoturismo.

1.3.4 São aplicadas práticas de Avaliação Ambiental Estratégica por ocasião da revisão de políticas, programas e planos que possam causar impactos sobre as zonas úmidas? {1.2.5} KRA 1.3.ii	C – Parcialmente
<p>1.3.4 Informações adicionais:</p> <p>Embora o Brasil ainda não tenha desenvolvido instrumentos legais para exigir o uso de Avaliações Ambientais Estratégicas (AAE) para programas, planos e políticas públicas, práticas de AAE estão sendo aplicadas, mas estão limitadas a iniciativas pontuais. Ainda é necessário desenvolver padrões e critérios para as AAE, para assegurar que a manutenção da boa saúde dos sistemas de zonas úmidas (e de outros ecossistemas) seja vista como a principal diretriz da avaliação. Alguns exemplos de iniciativas de AAE no Brasil são:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Bacia Hidrográfica do Araguaia-Tocantins (2002): Essa iniciativa desenvolveu uma metodologia para os processos de planejamento para a geração de energia hidroelétrica. - Plano Indicativo 2003-2012 (energia elétrica): Incluiu a avaliação da viabilidade ambiental do Plano, que prevê a construção de 116 pequenas barragens para geração de energia hidroelétrica. - Complexo do Rio Madeira (2005 – energia elétrica): Incluiu a avaliação dos impactos ambientais de longo prazo associados à implementação e operação do complexo de energia hidroelétrica do Rio Madeira. - Bacia Hidrográfica Camamu-Almada (2002 – petróleo, Bahia): Essa iniciativa forneceu orientações para o processo de planejamento e licenciamento ambiental dos investimentos petrolíferos dentro da bacia. - AAE COMPERJ (2007): Avaliou os efeitos potenciais sócio-ambientais da implementação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. - Programa Estradas de Minas Gerais (2006): Incluiu a avaliação das implicações ambientais do Programa. 	

1.3.5 São feitas Avaliações de Impacto Ambiental para o desenvolvimento de qualquer projeto (novas construções, novas estradas, indústria extrativa, etc.) que possa afetar as zonas úmidas?	A – Sim
<p>1.3.5 Informações adicionais:</p> <p>A legislação ambiental brasileira exige a preparação de uma Avaliação de Impacto Ambiental como pré-condição à concessão de licença ambiental para obras de infra-estrutura (prédios, estradas, barragens, dutos, etc.) ou para o estabelecimento de qualquer empreendimento econômico que possa causar impacto ambiental significativo, tais como mineração, corte de madeira, aterros, etc.</p>	

1.3.6 Foram feitos ajustes à legislação existente para refletir os compromissos com a Convenção de Ramsar?	B – Não
<p>1.3.6 Informações adicionais:</p> <p>As Recomendações publicadas pelo Comitê Nacional de Zonas Úmidas (CNZU) buscam exercer uma forte influência sobre reformas legais, tal como no caso atual do Código Florestal brasileiro: a Recomendação CNZU nº 4, de 19 de agosto de 2011, enfatiza a necessidade de manter o status de Áreas de Preservação Permanente para os manguezais conforme atualmente determinado pelo Código Florestal (Lei federal</p>	

4.771/65). Dentre outros aspectos, é especificamente recomendado que, durante a revisão dessa lei, a modificação do seu texto não permita a remoção de vegetação, a degradação ou a modificação das características ecológicas dos manguezais em qualquer de seus tipos de habitat.

Informações adicionais sobre qualquer outro aspecto da implementação da Estratégia 1.3:

ESTRATÉGIA 1.4: Reconhecimento trans-setorial dos serviços prestados pelas zonas úmidas.

Aumentar o reconhecimento e a atenção dada durante os processos decisórios para a importância das zonas úmidas para as questões de conservação da biodiversidade, abastecimento de água, proteção costeira, gestão integrada da zona costeira, defesa contra inundações, mitigação e/ou adaptação às mudanças climáticas, segurança alimentar, erradicação da pobreza, turismo, patrimônio cultural e pesquisa científica, por meio do desenvolvimento e disseminação de metodologias para alcançar o uso sustentável das zonas úmidas.

1.4.1 Foi feita alguma avaliação dos benefícios/serviços ecossistêmicos fornecidos pelos Sítios Ramsar? {1.3.1} KRA 1.4.ii	B – Não
1.4.1 Informações adicionais: Entretanto, avaliações pontuais foram realizadas sobre os serviços ecossistêmicos fornecidos por áreas protegidas que não são designadas como Sítios Ramsar, e sem focalizar exclusivamente nos serviços relacionados à água: - Brasil, IBGE 2010: <i>Indicadores de Desenvolvimento Sustentável</i> (inclui informações sobre a relevância dos manguezais na absorção de carbono). Série Estudos e Pesquisa, No. 7, 443 p. - Medeiros, R.; Young, C.E.F.; Pavese, H.B. & Araújo, F.F.S., 2011. <i>Contribuição das Unidades de Conservação para a Economia Nacional</i> (inclui informações sobre os serviços ambientais fornecidos pelas unidades de conservação). Brasília: MMA/UNEP/WCMC, 42 p. - MMA, 2011. <i>Pagamentos por Serviços Ambientais na Mata Atlântica: Lições aprendidas e desafios</i> . Série Biodiversidade 42.	
1.4.2 Foram implementados programas e/ou projetos de zonas úmidas que contribuem para os objetivos de redução da pobreza e/ou segurança alimentar e hídrica? {1.3.2} KRA 1.4.i	A – Sim
1.4.2 Informações adicionais: Existem diversos projetos localizados de zonas úmidas que contribuem para a segurança alimentar e redução da pobreza por meio da melhoria das cadeias produtivas e introdução de práticas sustentáveis, tais como: - Manejo sustentável da pesca do pirarucu (<i>Arapaima gigas</i>) na Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá (um Sítio Ramsar): ao substituir a pesca predatória, essas práticas sustentáveis aumentaram a renda dos pescadores artesanais em mais de 10 vezes e resultaram em um aumento de mais de quatro vezes no estoque de peixes. - Re-população e manejo sustentável do tracajá (tartaruga de água doce da Amazônia) na Terra Indígena Mamoate: em resposta ao grande declínio da população de tracajás no Rio Iaco, a comunidade suspendeu a captura dessa espécie por dois anos e iniciou um programa de manejo com a assistência técnica de agências federais e estaduais. Essas práticas asseguraram a recuperação da população dessa espécie e o abastecimento contínuo de carne de tartaruga para a comunidade. - Parque Nacional do Araguaia (um Sítio Ramsar): (i) Projeto Quelônios da Amazônia: esse projeto vem fazendo o manejo e pesquisa de espécies de tartarugas de água doce há 25 anos, com resultados positivos na melhoria da cadeia produtiva e da qualidade de vida das comunidades extrativistas; e (ii) Manejo Comunitário do Pirarucu: esse projeto está atualmente em fase de planejamento. - Parque Nacional do Pantanal Matogrossense (um Sítio Ramsar): (i) Projeto Hortas Escolares; (ii) Ecoturismo Participativo; (iii) Monitoramento da qualidade e quantidade da água – realizado por agências governamentais e universidades (SEMA, ANA, UFMT, UFRS). - GEF Mangue: Esse projeto está trabalhando com comunidades locais e tradicionais que utilizam os manguezais ao longo da costa brasileira para introduzir práticas de conservação e de extração sustentável (ver	

resposta à questão 1.1.3 b).

Existem também projetos significativos nos níveis de governo federal e estadual para assegurar o acesso universal à água e serviços básicos de saneamento, tais como:

- As obras que estão sendo realizadas pelo Programa Federal de Aceleração do Desenvolvimento, relacionadas ao saneamento básico.
- Projetos estaduais relacionados ao fornecimento de acesso universal à água potável e serviços de saneamento básico, como nos estados do Ceará e Pernambuco.
- Bolsa Verde: esse projeto iniciou em meados de 2011 (Medida Provisória nº 535, de 02 de julho de 2011) e fornece assistência financeira equivalente a aproximadamente US\$56/mês para 567 beneficiários na Reserva Extrativista de Soure no estado do Pará. A bolsa é fornecida por dois anos para famílias pobres que desenvolvem atividades para a conservação e uso sustentável de recursos naturais em reservas extrativistas, florestas nacionais e projetos governamentais para o desenvolvimento sustentável, entre outros, de acordo com critérios específicos. O projeto planeja atingir 73.000 famílias em todo o território nacional no período de 2011 a 2014.

1.4.3 Foram tomadas medidas nacionais para aplicar os princípios orientadores sobre os valores culturais das zonas úmidas (Resoluções VIII.19 e IX.21)? {1.3.4} KRA 1.4.iii	A – Sim
<p>1.4.3 Informações adicionais:</p> <p>Foram tomadas medidas, porém limitadas a iniciativas pontuais em Sítios Ramsar:</p> <ul style="list-style-type: none">- Parque Nacional do Pantanal Matogrossense: esse Sítio implementa um projeto para o resgate histórico e a valorização cultural da comunidade de Barra de São Lourenço, como uma atividade de apoio para as atividades de ecoturismo e conservação no Parque. Adicionalmente, o Parque executa um projeto para a valorização cultural (troca de saberes) com comunidades ribeirinhas, que inclui atividades tais como a construção de infra-estrutura simples com materiais locais de construção e técnicas tradicionais (taipa de mão). O Parque também desenvolveu, em colaboração com a ONG ECOA, uma exposição itinerante sobre os “Povos das Águas: Guardiões do Clima”.- Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá: esse Sítio realizou o mapeamento participativo do uso tradicional dos recursos naturais.- GEF Mangue (projeto apoiado pelo GEF): esse projeto está desenvolvendo projetos piloto que envolvem a manutenção das comunidades tradicionais em áreas de mangue e a melhoria da sustentabilidade de suas práticas tradicionais de uso dos recursos, tais como os projetos piloto que envolvem cadeias produtivas (no Delta do Parnaíba) e a gestão ecossistêmica de recursos pesqueiros (no Salgado do Pará).- Festival dos Manguezais: de 23 a 26 de novembro de 2010 o CNPT – Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sócio-biodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais, do Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade, organizou o Festival dos Manguezais em São Luís do Maranhão, que é parte da região com as extensões mais significativas de manguezais no Brasil (região costeira ao longo dos estados do Maranhão, Pará e Amapá). O festival foi realizado com o apoio de diversas organizações: Ministério do Meio Ambiente, GEF, PNUD e Comissão Nacional para Fortalecer as Reservas Extrativistas Costeiras e Marinhas. O evento teve o objetivo de conscientizar a população sobre a importância dos bens e serviços ecossistêmicos fornecidos pelos manguezais, assim como dos conhecimentos tradicionais das comunidades que dependem desses ecossistemas e que têm historicamente utilizado práticas tradicionais sustentáveis de uso dos recursos.	

1.4.4 Os valores sócio-econômicos e culturais das zonas úmidas foram incluídos no planejamento de manejo dos Sítios Ramsar e outras zonas úmidas? {4.1.5} KRA 1.4.iii	A – Sim
<p>1.4.4 Informações adicionais (se “Sim” ou “Parcialmente”, indique, se conhecido, quantos Sítios Ramsar e os seus nomes):</p> <p>Os procedimentos para a preparação de planos de manejo para as áreas protegidas brasileiras (como é o caso de todos os Sítios Ramsar brasileiros) incluem a exigência de realizar inventários sócio-econômicos da área e suas redondezas. Adicionalmente, os conselhos de gestão ou consultivos das áreas protegidas incluem representantes de comunidades locais e tradicionais e, como os conselhos geralmente participam da</p>	

preparação ou aprovam o plano de manejo, essa também é uma forma de incorporar os valores culturais nos planos de manejo. Entretanto, nem todos os Sítios Ramsar brasileiros já prepararam planos de manejo:

1. Sítios com planos de manejo:

- Parque Nacional do Araguaia (Tocantins, região norte): atualização mais recente feita em 2004. A versão anterior foi preparada em 1981 e o Parque também preparou um Plano de Ação Emergencial em 1995. Adicionalmente, o Parque participou em 2008 de uma Oficina de Planejamento de Ação, identificando ações prioritárias para o Sítio.
- Parque Nacional da Lagoa do Peixe (Rio Grande do Sul, região sul): o plano de manejo foi concluído em 2004, mas o Parque participou na Oficina de Planejamento de Ação de 2008, identificando ações prioritárias para o Sítio.
- Parque Nacional do Pantanal Matogrossense (Mato Grosso, região centro-oeste): o plano de manejo foi aprovado em 2004 e uma Oficina de Planejamento para Áreas Protegidas foi realizada em 2008, identificando ações prioritárias para o Sítio.
- Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá (Amazonas, região norte): esse Sítio publicou seu primeiro plano de manejo em 1996.
- RPPN SESC Pantanal (Mato Grosso, região centro-oeste): esse Sítio tem um plano de manejo de 1998 que está atualmente passando por um processo de revisão.
- Parque Nacional Marinho de Abrolhos (Bahia, região nordeste): a atualização mais recente foi feita em 1995, com base na versão anterior de 1991. O Parque também preparou um Plano de Uso Público em 2003.
- Parque Estadual do Rio Doce (Minas Gerais, região sudeste): o Sítio tem um plano de manejo preparado em 2002.

2. Sítios sem plano de manejo:

- APA Baixada Maranhense (Maranhão, região nordeste): em 2008 esse Sítio participou de uma Oficina de Planejamento de Ação, identificando ações prioritárias para a área.
- APA Reentrâncias Maranhenses (Maranhão, região nordeste): as Reservas Extrativistas conectadas com esse Sítio possuem Planos de Uso e o Sítio participou em 2008 de uma Oficina de Planejamento de Ação, identificando ações prioritárias para o Sítio.
- Parque Estadual do Parcel do Manuel Luís (Maranhão, região nordeste): em 2008 o Sítio participou da Oficina de Planejamento de Ação, identificando ações prioritárias para a área.
- RPPN Fazenda Rio Negro (Mato Grosso do Sul, região centro-oeste): esse Sítio preparou a primeira versão do seu plano de manejo, que está atualmente sendo analisada pela agência ambiental governamental do estado do Mato Grosso do Sul.

Informações adicionais sobre qualquer outro aspecto da implementação da Estratégia 1.4:

ESTRATÉGIA 1.5: Reconhecimento do papel da Convenção. *Aumentar a visibilidade da Convenção destacando sua capacidade como mecanismo único para a gestão de ecossistemas de zonas úmidas em todos os níveis; promover a utilidade da Convenção como possível mecanismo de implementação para alcançar as metas e objetivos de outras convenções e processos globais.*

1.5.1 Foram tomadas medidas para assegurar que os pontos focais nacionais para outras convenções ambientais estejam contribuindo para a aplicação dos mecanismos de implementação da Convenção de Ramsar? KRA 1.5.i	C - Parcialmente
<p>1.5.1 Informações adicionais:</p> <p>Não foram tomadas medidas formais, mas há interação eventual do ponto focal técnico para Ramsar com os pontos focais técnicos de duas outras convenções ambientais (Mudanças Climáticas, Combate à Desertificação). Não obstante, existe uma interação informal mais próxima entre os pontos focais técnicos da Convenção de Ramsar e da CDB, uma vez que estão localizados na mesma Secretaria do Ministério do Meio Ambiente, o que também ocorre com os pontos focais políticos dessas convenções no Ministério das Relações Exteriores, dentro da mesma Divisão. Os pontos focais de outras convenções ambientais são também convidados a participar em reuniões do Comitê Nacional de Zonas Úmidas (CNZU) e da Comissão</p>	

Nacional de Biodiversidade (CONABIO) para compartilhar informações, e esses convites são geralmente aceitos. Adicionalmente, o ponto focal de Ramsar participou da 10ª Conferência das Partes da CDB em Nagoya em 2010 e participou de suas discussões relevantes para as zonas úmidas, tais como sobre as resoluções da CDB para águas interiores. Embora a troca informal esteja ocorrendo, essa interação ainda precisa de uma formalização mais forte para a troca de informações entre os comitês nacionais e entre os pontos focais nacionais.

1.5.2 A “Declaração de Changwon” (Resolução X.3) foi levada à atenção de seu: a. Chefe de Estado b. Parlamento c. Setor privado d. Sociedade civil	B – Não A – Sim A – Sim A – Sim
--	--

1.5.2 Informações adicionais:
Embora nenhuma ação específica tenha sido realizada para disseminar a Declaração de Changwon, os materiais produzidos pelo ponto focal para disseminar os objetivos da Convenção de Ramsar incluem informações sobre os benefícios da conservação das zonas úmidas para as populações humanas, assim como outras informações relevantes para a Declaração. Adicionalmente, o Ministério do Meio Ambiente trabalha continuamente por meio da distribuição de publicações e campanhas públicas (ver resposta à pergunta 1.11.1) para disseminar informações para o público e tomadores de decisão sobre temas relevantes para a Declaração, tais como a valoração da biodiversidade e serviços ambientais, pagamento por serviços ambientais, e bem-estar social como resultado da conservação ambiental. A legislação brasileira contempla a maior parte dos temas da Declaração de Changwon, e alguns outros estão sendo atualmente discutidos amplamente no governo e no meio acadêmico, tais como a valoração da biodiversidade e o pagamento por serviços ambientais. Por exemplo, o Projeto de Lei 792/2007 propõe uma definição para os serviços ambientais; a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/1997) instituiu o pagamento para proprietários rurais que são produtores de água; e o Projeto de Lei 5.586-A/2009 propõe a certificação do mecanismo REDD (Redução das Emissões do Desmatamento e Degradação).

1.5.3 A “Declaração de Changwon” foi utilizada para informar as posições de suas delegações nacionais para outros processos externos (tais como a Comissão das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, agências da ONU, acordos ambientais multilaterais e o Fórum Mundial da Água)?	B - Não
1.5.3 Informações adicionais:	

1.5.4 Seu país traduziu e disseminou a “Declaração de Changwon” para as línguas locais relevantes para o país?	B – Não
1.5.4 Informações adicionais: Entretanto, existe uma versão em português da Declaração de Changwon disponível na página eletrônica da Convenção de Ramsar.	

Informações adicionais sobre qualquer outro aspecto da implementação da Estratégia 1.5:

ESTRATÉGIA 1.6: Gestão das zonas úmidas com base na ciência. *Promover a implementação bem-sucedida do conceito de uso racional, assegurando que as políticas nacionais e os planos de gestão de zonas úmidas sejam baseados no melhor conhecimento científico disponível, incluindo conhecimentos técnicos e tradicionais.*

1.6.1 Foram realizadas pesquisas para informar as políticas e planos de zonas	
---	--

úmidas em seu país, sobre: a. interações entre a agricultura e as zonas úmidas? b. mudanças climáticas? c. valoração dos serviços ecossistêmicos? KRA 1.6.i	A – Sim A – Sim A – Sim
---	-------------------------------

1.6.1 Informações adicionais:
Pesquisas sobre esses três temas foram realizadas e continuam a ser realizadas pelo governo brasileiro e pelo setor acadêmico para informar as políticas públicas, embora a maior parte das políticas que incorporam temas relacionados às zonas úmidas não tenha sido desenvolvida especificamente para as zonas úmidas. O ponto focal para Ramsar e o Comitê Nacional de Zonas Úmidas participaram em 2009 de uma discussão importante na reunião do Conselho Nacional de Meio Ambiente sobre ajustes propostos para a legislação sobre o uso de agrotóxicos em ambientes aquáticos. Essa participação evitou que a legislação fosse modificada nesse momento, mantendo por ora as restrições originais que proíbem o uso desses produtos nos ambientes aquáticos.

1.6.2 Todos os planos de gestão de zonas úmidas foram baseados em sólidas pesquisas científicas, inclusive sobre ameaças potenciais às zonas úmidas? KRA 1.6.ii	A – Sim
--	---------

1.6.2 Informações adicionais:
Todos os Sítios Ramsar brasileiros são áreas protegidas oficiais (unidades de conservação) e, como tal, seguem as regras do Ministério do Meio Ambiente sobre a preparação de planos de manejo, que incluem a realização de pesquisas científicas focadas naquela área específica, abrangendo temas tais como a biodiversidade existente, situação ambiental e ameaças, aspectos sociais, zoneamento, etc.
Programas governamentais de grande escala, tais como a gestão integrada marinha e costeira, também levam em consideração as ameaças existentes e potenciais às zonas úmidas, com base nos dados científicos disponíveis.
Outros instrumentos de planejamento que afetam as zonas úmidas, tais como planos de bacia hidrográfica, são preparados com foco nos tipos de uso e seguem outras diretrizes que não incluem necessariamente as pesquisas científicas. Entretanto, a maioria desses planos inclui avaliações das ameaças ambientais.

Informações adicionais sobre qualquer outro aspecto da implementação da Estratégia 1.6:

ESTRATÉGIA 1.7: Gestão Integrada dos Recursos Hídricos. *Assegurar que as políticas e a implementação da Gestão Integrada dos Recursos Hídricos (GIRH), utilizando uma abordagem ecossistêmica, sejam incluídas nas atividades de planejamento de todas as Partes Contratantes e em seus processos de tomada de decisão, particularmente quando relacionados à gestão de águas subterrâneas, gestão de áreas de captação de água/bacias hidrográficas, planejamento costeiro ou da zona marinha próxima à costa, e atividades de mitigação e/ou adaptação às mudanças do clima.*

1.7.1 As orientações da Convenção relacionadas à água (ver Resolução IX.1 Anexo C) foram úteis para informar os processos de tomada de decisão relacionados ao planejamento e gestão de recursos hídricos? {1.4.1} KRA 1.7.i	B – Não
--	---------

1.7.1 Informações adicionais:
A maior parte das orientações e informações fornecidas na Resolução IX.1 Anexo C é compatível com as práticas e políticas brasileiras para recursos hídricos, e algumas políticas fazem referência à Convenção de Ramsar. Entretanto, as práticas e políticas brasileiras para o planejamento e gestão de recursos hídricos não foram desenvolvidas com base nos documentos da Convenção de Ramsar.

1.7.2 A governança e a gestão da água no seu país tratam as zonas úmidas como infra-estruturas hídricas naturais integrantes da gestão de recursos hídricos na	A – Sim
--	---------

escala das bacias hidrográficas? KRA 1.7.ii	
<p>1.7.2 Informações adicionais: As bacias hidrográficas são as unidades de planejamento para planos de infra-estrutura e desenvolvimento local no Brasil, utilizadas nas escalas regional, estadual e municipal. Para apoiar a preparação e o monitoramento desses planos, o Brasil está instituindo os Comitês de Bacia (existem atualmente 159 desses, em sua maioria sendo implementados) que são instâncias participativas, compostos por representantes de diversos setores: sociedade civil, governo, setor privado, ONGs, comunidades tradicionais, usuários da água, universidades, etc.</p>	

1.7.3 Os conhecimentos e as ferramentas de Comunicação, Educação, Participação e Conscientização (CEPA) foram incorporados no planejamento e gestão de áreas de captação de água/bacias hidrográficas (ver Resolução X.19)? {1.4.2}	B – Não
1.7.3 Informações adicionais:	

1.7.4 As orientações da Convenção sobre a gestão de zonas úmidas e zonas costeiras (Anexo da Resolução VIII.4) foram utilizadas/aplicadas no planejamento e na tomada de decisão sobre Gestão Integrada da Zona Costeira (ICZM)? {1.4.3}	A – Sim
<p>1.7.4 Informações adicionais: Existem esforços para aplicar esses princípios à ICZM. Por exemplo, o Programa 9 da Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) inclui a importância das zonas úmidas como um elemento de integração entre os ambientes marinho e continental. Além disso, o Brasil conta com um Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro desde 1988, mas sua regulamentação só foi aprovada em 2004. Esse Plano é implementado através do Programa Nacional de Gerenciamento Costeiro (GERCO), dentro do Ministério do Meio Ambiente. Adicionalmente, desde 2001 o Ministério do Meio Ambiente implementa o Projeto Orla, que trabalha para a melhoria do ordenamento do uso do solo nas áreas costeiras por meio de interações público-privadas, buscando o uso sustentável dos recursos naturais e o uso racional do solo na zona costeira. Até o momento, o Projeto Orla já realizou cursos de capacitação em gestão integrada costeira e marinha em 58 municípios de 14 estados costeiros. Em 2008 o Projeto Orla publicou o Macro Diagnóstico da Zona Costeira e Marinha.</p>	

1.7.5 Seu país estabeleceu políticas ou diretrizes para melhorar o papel das zonas úmidas na mitigação e/ou adaptação às mudanças do clima? KRA 1.7.iii	A – Sim
<p>1.7.5 Informações adicionais: O Plano Nacional sobre Mudança do Clima, desenvolvido em 2008 e atualmente sendo revisado, inclui essas preocupações, mas não foi desenvolvida uma política específica com o propósito de melhorar o papel das zonas úmidas na mitigação e/ou adaptação às mudanças climáticas. Não obstante, o Brasil está implementando uma série de projetos e ações direcionados à conservação de zonas úmidas costeiras, tais como o GEF Mangue (ver resposta à pergunta 1.1.3) e o Projeto Orla (ver resposta à pergunta 1.7.4), o que pode eventualmente contribuir para a mitigação das mudanças climáticas.</p>	

1.7.6 Seu país formulou planos ou projetos para sustentar e melhorar o papel das zonas úmidas e da água no apoio e na manutenção de sistemas agrícolas viáveis? KRA 1.7.v	A – Sim
<p>1.7.6 Informações adicionais: A Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) estabelece o pagamento por serviços de produção de água, que está sendo implementado através do Programa Produtor de Água em áreas rurais que possuem nascentes de rios ou áreas de recarga de aquíferos.</p>	

Informações adicionais sobre qualquer outro aspecto da implementação da Estratégia 1.7:

ESTRATÉGIA 1.8 Restauração de zonas úmidas. *Identificar as zonas úmidas prioritárias e sistemas prioritários de zonas úmidas onde a restauração ou reabilitação seria benéfica e resultaria em benefícios ambientais, sociais ou econômicos de longo prazo, e implementar as medidas necessárias para recuperar essas áreas e sistemas.*

1.8.1 As áreas prioritárias para a restauração de zonas úmidas foram identificadas? {1.5.1} KRA 1.8.i	A – Sim
<p>1.8.1 Informações adicionais:</p> <p>A lista das Áreas Prioritárias para a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade Brasileira (atualizada em 2007) indica não apenas as áreas prioritárias em todos os biomas, mas também as atividades prioritárias recomendadas em cada uma delas, inclusive atividades de recuperação. Muitas dessas Áreas Prioritárias são ou incluem zonas úmidas.</p> <p>O Ministério do Meio Ambiente identificou três bacias hidrográficas (Alto Taquari; Alto Paraguai; e Aquidauana e Miranda) que alimentam o Pantanal como áreas prioritárias para a restauração de zonas úmidas, em vista dos sérios processos de degradação que vem ocorrendo nessas áreas como resultado da erosão dos solos naturalmente arenosos, agravada pelas atividades humanas (principalmente pecuária e agricultura). Os processos de degradação resultaram na erosão severa do solo e no carregamento de grandes cargas de sedimentos para as planícies de inundação do Pantanal, modificando e em alguns casos interrompendo os regimes hidrológicos que são característicos desse bioma. Essa situação é mais severa na bacia do Alto Taquari, onde a interrupção dos pulsos de inundação, causada pela carga diária de 36.000 toneladas de sedimentos, criou uma área permanentemente inundada de 1,1 milhão de hectares, causando danos aos habitats naturais e às atividades humanas. Atividades de restauração de zonas úmidas para estabilizar e recuperar áreas severamente erodidas, restaurar a cobertura vegetal original e adaptar as estradas vicinais, entre outras ações, vêm sendo realizadas desde 2001 nessas três bacias prioritárias, anteriormente por meio do Programa Pantanal e atualmente através do Programa de Revitalização de Bacias, do Ministério do Meio Ambiente (MMA/SRHU).</p> <p>O governo brasileiro também designou outras bacias hidrográficas prioritárias para programas de restauração, como é o caso da bacia do Rio São Francisco; mas esses programas focalizam mais nos usos da água e no desenvolvimento econômico do que na conservação ecológica, embora as ações geralmente incluam a recuperação da mata ciliar em áreas críticas.</p>	
1.8.2 Foram implementados programas ou projetos de restauração/reabilitação de zonas úmidas? {1.5.1} KRA 1.8.i	A – Sim
<p>1.8.2 Informações adicionais:</p> <p>Como descrito na resposta à questão 1.8.1 acima, o Ministério do Meio Ambiente está implementando programas de restauração de zonas úmidas em três bacias hidrográficas prioritárias que alimentam o Pantanal: Alto Taquari; Alto Paraguai; e Aquidauana e Miranda. Na bacia do Alto Taquari, que enfrenta o cenário mais grave de degradação, o programa de restauração está atualmente investindo no terraceamento de 11.800 hectares; no reflorestamento de 581 hectares com 940.000 mudas; na estabilização de 27 áreas severamente erodidas; e em obras para adequar 12,7 km de estradas vicinais, entre várias outras ações.</p> <p>Existem também algumas iniciativas para restaurar manguezais nos estados do Rio de Janeiro e Pernambuco, assim como pesquisas para a restauração de ambientes de recifes de coral (realizadas pelo Instituto Coral Vivo), mas a maior parte dessas iniciativas está ligada ao setor acadêmico ou pesquisas, e são geograficamente limitadas. Como os estudos realizados pelo Instituto Coral Vivo indicaram que é muito mais barato conservar os recifes de coral do que restaurar esses sistemas, os esforços estão atualmente sendo direcionados para atividades de educação ambiental e outras ações de conservação.</p>	
1.8.3 As orientações de Ramsar (Anexo da Resolução VIII.16) ou orientações equivalentes sobre a restauração de zonas úmidas foram utilizadas no desenho e	A – Sim

na implementação de programas ou projetos de restauração/reabilitação de zonas úmidas? {1.5.2}	
1.8.3 Informações adicionais: Embora o país não tenha estabelecido um programa ou prioridades nacionais para a restauração de zonas úmidas, a maior parte dos princípios apresentados pelas orientações de Ramsar está presente nos programas de restauração descritos nas respostas às perguntas 1.8.1 e 1.8.2.	

Informações adicionais sobre qualquer outro aspecto da implementação da Estratégia 1.8:

ESTRATÉGIA 1.9: Espécies exóticas invasoras. *Encorajar as Partes Contratantes a desenvolver um inventário nacional das espécies exóticas invasoras que atualmente e/ou potencialmente impactam as características ecológicas das zonas úmidas, em especial os Sítios Ramsar, e assegurar o apoio mútuo entre o inventário nacional e o Registro Global da IUCN sobre Espécies Invasoras (GRIS); desenvolver orientações e promover procedimentos e ações para evitar, controlar ou erradicar tais espécies dos sistemas de zonas úmidas.*

1.9.1 Seu país tem um inventário nacional abrangente das espécies exóticas invasoras que atualmente ou potencialmente impactam as características ecológicas das zonas úmidas? KRA 1.9.i	A – Sim
1.9.1 Informações adicionais: O Ministério do Meio Ambiente publicou em 2009 o primeiro Informe sobre as Espécies Exóticas Invasoras Marinhas no Brasil (Série Biodiversidade nº 33), que lista 58 espécies exóticas: 3 de fitoplâncton, 6 de zooplâncton, 40 de zoobentos e 4 de peixe. Dessas, 9 espécies foram consideradas invasoras; 21 são espécies exóticas estabelecidas; e 28 são espécies exóticas detectadas em ambientes naturais. O Ministério do Meio Ambiente também financiou um estudo sobre espécies invasoras em ecossistemas de água doce, realizado em 2005. Os resultados desse estudo estão atualmente sendo editados para publicação e listam 1.593 ocorrências de espécies exóticas invasoras em ambientes de água doce, o que se traduz em 180 organismos exóticos (116 espécies de peixe, 11 outros gêneros de peixe, 21 microorganismos, 14 macrófitas, 6 crustáceos, 4 anfíbios, 5 moluscos, 2 répteis e uma sanguessuga).	

1.9.2 Foram estabelecidas políticas ou orientações nacionais de controle e manejo de espécies invasoras para zonas úmidas? {1.6.1} KRA 1.9.iii	A – Sim
1.9.2 Informações adicionais: Diretrizes nacionais: A Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO) criou em 2006 uma Câmara Técnica Permanente sobre Espécies Exóticas Invasoras (Deliberação nº 49/2006). Em 2009 essa Câmara Técnica publicou a Resolução CONABIO nº 5 (outubro de 2006), estabelecendo a Estratégia Nacional para Espécies Invasoras, que fornece uma estrutura e diretrizes para o desenvolvimento de planos sub-nacionais para evitar, controlar e monitorar espécies invasoras nos ecossistemas brasileiros, inclusive em zonas úmidas. Alguns estados tais como São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Pernambuco e Espírito Santo estão atualmente preparando ou já desenvolveram planos estaduais para combater espécies exóticas invasoras e regulamentar o uso de espécies exóticas dentro de suas jurisdições, mas a implementação desses planos ainda representa um desafio. Adicionalmente, existem algumas diretrizes internacionais que o Brasil está começando a adotar, tais como: - Água de lastro: como membro da IMO e signatário da Convenção sobre Água de Lastro, o Brasil está adotando algumas das diretrizes fornecidas por esses instrumentos: em 2004, a Autoridade Marítima Brasileira publicou uma Norma (NORMAM nº 20), atualizada em 2008, que regulamenta a substituição oceânica da água de lastro de navios e o uso de tinta anti-incrustante nos cascos, entre outros temas relacionados. Adicionalmente, o Ministério do Meio Ambiente preparou recentemente uma proposta de Resolução sobre o manejo da água de lastro em portos nacionais para evitar a introdução de espécies exóticas, que está atualmente sendo analisada pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), para posterior discussão e aprovação do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA).	

- Mexilhão dourado: em 2003 o Ministério do Meio Ambiente criou uma Força Tarefa Emergencial para combater o mexilhão dourado nas águas brasileiras. Essa Força Tarefa apresentou um relatório em 2004 sobre o status da invasão do mexilhão dourado, apresentando também uma série de recomendações para combater essa espécie. Representantes de diversas regiões brasileiras participaram dessa Força Tarefa. As recomendações incluíram não transportar águas entre bacias hidrográficas, particularmente de bacias contaminadas para águas ainda livres do mexilhão; a desinfecção de embarcações que navegaram em águas contaminadas; o tratamento de barragens utilizadas para a captação de água potável e barragens de usinas hidroelétricas; a contratação de pesquisas detalhadas para identificar métodos de combate; entre várias outras recomendações. Diversos estudos e pesquisas foram realizados desde então, e os relatórios produzidos por esses trabalhos foram entregues ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq). Algumas das outras recomendações do relatório da Força Tarefa estão sendo seguidas, outras ainda não foram implementadas.

Informações adicionais sobre qualquer outro aspecto da implementação da Estratégia 1.9:

ESTRATÉGIA 1.10: Setor privado. *Promover o envolvimento do setor privado na conservação e no uso racional das zonas úmidas.*

<p>1.10.1 O setor privado está sendo encorajado a aplicar os princípios e orientações sobre uso racional de Ramsar (manuais de Ramsar para o uso racional de zonas úmidas) em suas atividades e investimentos relacionados a zonas úmidas? {4.2.1} KRA 1.10.i</p>	<p>B – Não</p>
<p>1.10.1 Informações adicionais: Não há ações planejadas especificamente para esse propósito. Entretanto, existem reservas particulares que são Sítios Ramsar e que pertencem ao setor privado, que seguem princípios adequados para manter essas áreas. Além disso, o Programa de Revitalização de Bacias (ver resposta à pergunta 1.8.1) busca envolver, tanto quanto possível, os atores da agricultura nos esforços do Programa para restaurar zonas úmidas importantes, uma vez que as práticas inadequadas de uso do solo são a principal causa de impacto sobre essas áreas.</p>	
<p>1.10.2 O setor privado realizou atividades ou ações para o uso racional e gestão de: a. zonas úmidas em geral? b. Sítios Ramsar? KRA 1.10.ii</p>	<p>B – Não A – Sim</p>
<p>1.10.2 Informações adicionais: Embora ainda sejam pontuais, existem iniciativas do setor privado para apoiar a conservação de zonas úmidas, através da criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs. Duas dessas RPPNs no Pantanal são Sítios Ramsar: RPPN SESC Pantanal e RPPN Fazenda Rio Negro. Entretanto, considerando o tamanho do Brasil e a área total coberta por zonas úmidas, esse envolvimento ainda é pequeno.</p>	
<p>1.10.3 Foram disponibilizados materiais de conscientização para viabilizar que os consumidores façam escolhas favoráveis às zonas úmidas? KRA 1.10.iii</p>	<p>A – Sim</p>
<p>1.10.3 Informações adicionais: Sim, mas até o momento os materiais produzidos pelo Ministério do Meio Ambiente se limitam à pesca e consumo da lagosta. Em 2008 o Brasil preparou e distribuiu pôsteres, um folder informativo e uma publicação sobre o consumo legal de lagostas, para orientar os consumidores e os estabelecimentos comerciais sobre escolhas de consumo que sejam favoráveis à biodiversidade de zonas úmidas. O Ministério do Meio Ambiente pretende que os materiais produzidos sobre lagostas sejam os primeiros de uma série de materiais para conscientização pública a ser preparados e distribuídos, abordando outros recursos pesqueiros no futuro próximo. O Projeto Cultimar, desenvolvido desde 2005 na zona costeira do Paraná, tem o objetivo de desenvolver novas fontes sustentáveis de renda para comunidades tradicionais costeiras. Suas ações incluem atividades</p>	

educativas e a produção de materiais de conscientização, inclusive sobre escolhas de consumo que são favoráveis às zonas úmidas (recursos pesqueiros). www.cultimar.org.br
 Outra iniciativa relevante é a realização de entrevistas sazonais transmitidas pelas estações de rádio locais e regionais, com a participação de pescadores e funcionários da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá (um Sítio Ramsar), sobre a escolha consciente dos consumidores com relação ao comércio legal e ilegal do pirarucu (*Arapaima gigas*). Essas entrevistas são transmitidas durante a estação aberta para a captura do pirarucu.

Informações adicionais sobre qualquer outro aspecto da implementação da Estratégia 1.10:

ESTRATÉGIA 1.11: *Promover medidas de incentivo que encorajem a aplicação das estipulações da Convenção sobre o uso racional.*

1.11.1 Foram realizadas ações para implementar medidas de incentivo que encorajem a conservação e o uso racional das zonas úmidas? {4.3.1} KRA 1.11.i	A – Sim
<p>1.11.1 Informações adicionais:</p> <p>O Brasil celebra anualmente o Dia Mundial das Zonas Úmidas, com atividades de educação ambiental e divulgação em Sítios Ramsar e em áreas que são relevantes para o tema do ano. Os eventos são geralmente organizados e apoiados pelas agências ambientais governamentais locais, ONGs e universidades, entre outros. Materiais impressos são produzidos com base nos materiais fornecidos pelo Secretariado da Convenção de Ramsar, com adaptações para a realidade do país e adição de informações nacionais relevantes, inclusive informações sobre os Sítios Ramsar brasileiros. Geralmente esses eventos são amplamente divulgados pela mídia local (TV, internet, jornais locais).</p> <p>Adicionalmente, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) desenvolve outras campanhas temáticas de conscientização de acordo com as questões emergentes e prioridades nacionais, que são realizadas de acordo com a disponibilidade de recursos e a relevância do tema no momento. Tais campanhas vêm sendo desenvolvidas desde 2000 e podem ter uma abrangência nacional ou geograficamente limitada, de acordo com o tema selecionado. O MMA geralmente busca parcerias com universidades, ONGs e/ou agências governamentais locais para realizar essas campanhas. Até o momento, as seguintes campanhas já foram realizadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Campanha de Conduta Consciente em Ambientes Recifais: Essa campanha foi realizada pela primeira vez em 2001, com o objetivo de informar os usuários de unidades de conservação e ambientes com recifes de coral sobre a importância da preservação dessas áreas e para incentivar uma prática responsável durante as atividades recreativas nas proximidades de recifes de coral. Para apoiar essas campanhas, desde 2007 a Secretaria de Biodiversidade e Florestas do MMA realiza cursos de capacitação para multiplicadores, que são geralmente agentes ambientais, professores e guias de turismo. Esses cursos apresentam dados sobre a ecologia dos recifes de coral, projetos de conservação, projetos de monitoramento de recifes de coral, e informações sobre a importância unidades de conservação, além de sugestões sobre como utilizar os materiais da campanha nas escolas e com os turistas. Os cursos já foram realizados em cinco estados costeiros (RN, PB, PE, AL e BA) e devem continuar a ser realizados nos demais estados costeiros nos próximos anos. - Campanha de Conduta Consciente em Ambientes Marinhos: Essa campanha foi lançada em 2009 com o objetivo de divulgar a importância da preservação dos ambientes marinhos e para incentivar uma prática responsável a ser adotada durante atividades turísticas envolvendo a observação de mamíferos marinhos (baleia franca e baleia jubarte), assim como para divulgar formas de contribuir para a pesquisa sobre o enalhe de baleias. - Campanha de Conduta Consciente em Praias: Essa campanha foi desenvolvida com o objetivo de divulgar informações sobre a praia, sua biodiversidade e dicas sobre saúde, segurança e de como visitar esses locais sem causar muito impacto. - Consumo Legal de Pescados: Essa campanha é direcionada aos consumidores, divulgando as normas legais que devem ser respeitadas com relação à pesca, tais como a época de defeso de determinados pescados, tamanho mínimo para pesca/consumo, papel da fiscalização, etc. Até o momento, apenas material sobre a lagosta foi produzido e divulgado, embora a intenção seja futuramente expandir a campanha para outros 	

pescados.

- Festival dos Manguezais: O ICMBio promoveu em 2010 um festival para conscientizar sobre a importância dos manguezais e dos conhecimentos tradicionais das comunidades que utilizam os manguezais (ver resposta ao item 1.4.3).

- Diversas outras iniciativas locais são realizadas por agências governamentais, Sítios Ramsar e ONGs, tais como: ações das Secretarias Estaduais de Meio Ambiente de Alagoas e do Rio Grande do Norte; CEPENE Caravelas; dos Sítios Ramsar Parque Estadual do Rio Doce, RPPN SESC Pantanal, Parque Nacional Marinho de Abrolhos, RDS Mamirauá; projeto Escola Mangue; projeto Promar (em Itaparica, Marau e Boipeba); projeto Coral Vivo em Búzios; projetos da ONG SOS Mata Atlântica; e projeto com escolas realizado pelo Parque Nacional de Fernando de Noronha. Informações sobre essas iniciativas estão disponíveis em:

<http://centroescolamangue.wordpress.com/>; <http://www.semarh.al.gov.br/-mambiente>;
<http://www.promar.org.br/>; <http://www.idema.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/idema/principal/-enviados/index.asp>;
<http://www.coralvivo.org.br/new/index.asp?conteudo=19320092161826197&-noticia=76201017221330155&pagina=1>; http://www4.icmbio.gov.br/cepene/index.php?id_menu=28;
http://www.sosma.org.br/index.php?section=project&-action=costa_atlantica;
<http://www.festivalmanguezaisdobrasil.blogspot.com/>.

1.11.2 Foram realizadas ações para remover medidas de incentivo contrário que desencorajam a conservação e o uso racional de zonas úmidas? {4.3.2} KRA 1.11.i

B – Não

1.11.2 Informações adicionais:

Informações adicionais sobre qualquer outro aspecto da implementação da Estratégia 1.11:

META 2. ZONAS ÚMIDAS DE IMPORTÂNCIA INTERNACIONAL

Nota: Um Anexo opcional (Seção 4) a esse formato de Relatório Nacional para a COP-11 foi fornecido para que a Parte Contratante, se desejar, possa fornecer também informações adicionais de forma separada, sobre qualquer de suas Zonas Úmidas de Importância Internacional (Sítios Ramsar).

ESTRATÉGIA 2.1: Designação de Sítios Ramsar. *Aplicar o “Arcabouço Estratégico e diretrizes para o futuro desenvolvimento da Lista de Zonas Úmidas de Importância Internacional” (Manual 14, 3ª Edição).*

2.1.1 O país estabeleceu uma estratégia nacional e prioridades para a futura designação de Sítios Ramsar, usando o Arcabouço Estratégico para a Lista de Ramsar? {2.1.1} KRA 2.1.i	D - Planejado
<p>2.1.1 Informações adicionais:</p> <p>Em 2010 o Comitê Nacional de Zonas Úmidas criou a Comissão Técnica sobre Critérios para a Designação de Sítios Ramsar, com o mandato de discutir e contratar estudos sobre a identificação de áreas prioritárias para a conservação de zonas úmidas (dentre as unidades de conservação existentes e as Áreas Prioritárias para a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade Brasileira – Decreto 5.092 de 22 de janeiro de 2007; www.mma.gov.br/porta/bio) e sobre a definição de critérios para a designação de novos Sítios Ramsar no país, por meio da adequação dos critérios da Convenção às políticas nacionais. Como os princípios do Arcabouço já foram incorporados pelos membros da Comissão, seu trabalho é complementar ao Arcabouço Estratégico, e não baseado nele. Essa Comissão Técnica já se reuniu duas vezes desde a sua criação e encomendou um estudo para identificar, dentre as Áreas Prioritárias para a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade Brasileira (que abrangem todos os biomas), aquelas que são mais relevantes para a conservação e uso sustentável dos ecossistemas de zonas úmidas. Esse estudo listou 54 áreas prioritárias para as zonas úmidas.</p> <p>Com base nessa lista e nos critérios da Convenção, a Comissão Técnica também já produziu uma lista preliminar de critérios para a designação de novos Sítios Ramsar, que está atualmente sendo discutida para apresentação à plenária do Comitê Nacional de Zonas Úmidas, para comentários até o final de 2011. A lista final de critérios será publicada após as discussões finais. Como um exercício, a Comissão Técnica aplicou os critérios preliminares à lista de áreas prioritárias para as zonas úmidas, resultando em uma lista preliminar de 11 áreas prioritárias continentais e 20 áreas prioritárias marinhas e costeiras para a designação de Sítios. Entretanto, esses números podem ainda mudar, conforme a lista final aprovada de critérios brasileiros e métodos de pontuação.</p> <p>Devido à falta de dados sistematizados (por exemplo, sobre os aspectos sociais ou dados biológicos marinhos) para informar os possíveis critérios, a Comissão vem enfrentando dificuldades técnicas para definir critérios compatíveis com os objetivos da designação de Sítios.</p>	
2.1.2 Todas as atualizações obrigatórias da Ficha Informativa Ramsar foram submetidas ao Secretariado de Ramsar? {2.2.1} KRA 2.1.ii	A – Sim
<p>2.1.2 Informações adicionais:</p> <p>A atualização mais recente das Fichas Informativas Ramsar foram enviadas para o Secretariado em setembro de 2011.</p>	
2.1.3 Quantas designações de Sítios Ramsar em seu país foram submetidas ao Secretariado mas ainda não foram incluídas na Lista de Zonas Úmidas de Importância Internacional? KRA 2.1.iii	0 Sítios
<p>2.1.3 Informações adicionais:</p> <p>Nenhum.</p>	
2.1.4 Se outras designações de Sítios Ramsar estão planejadas para o próximo	6 sítios

triênio (2012-2015), indique quantos sítios (ou indique 0). KRA 2.1.iii	
2.1.4 Informações adicionais (indicar o ano previsto para a designação): Essas 6 áreas serão identificadas com base nos critérios e dados disponíveis, tais como a Lista de Áreas Prioritárias para a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade Brasileira, os critérios que estão sendo desenvolvidos pela Comissão Técnica do CNZU sobre Critérios para a Designação de Novos Sítios Ramsar e a seleção de zonas úmidas prioritárias, entre outras fontes disponíveis (ver resposta à questão 2.1.1). Essas seis áreas podem incluir novos Sítios propostos ao Comitê Nacional de Zonas Úmidas por meio de demanda espontânea.	

Informações adicionais sobre qualquer outro aspecto da implementação da Estratégia 2.1:

ESTRATÉGIA 2.2: Informações sobre os Sítios Ramsar. *Assegurar que o Serviço de Informações sobre os Sítios Ramsar esteja disponível e melhorado como uma ferramenta para novas designações de zonas úmidas para a Lista de Zonas Úmidas de Importância Internacional e para pesquisas e avaliações, e que seja gerida efetivamente pelo Secretariado.*

2.2.1 O Serviço de Informações sobre os Sítios Ramsar e suas ferramentas estão sendo usados na identificação nacional de novos Sítios Ramsar a serem designados? {2.2.2} KRA 2.2.ii	B – Não
2.2.1 Informações adicionais: O Brasil usa suas ferramentas nacionais de priorização para identificar novas áreas a serem designadas como Sítios Ramsar, tais como a lista de Áreas Prioritárias para a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade Brasileira e o subgrupo dessa lista preparado pelo Comitê Nacional de Zonas Úmidas com 54 áreas prioritárias para a conservação de zonas úmidas (ver resposta à questão 2.1.1).	

Informações adicionais sobre qualquer outro aspecto da implementação da Estratégia 2.2:

ESTRATÉGIA 2.3: Planejamento da gestão – novos Sítios Ramsar. *Reconhecendo que a designação como Sítio Ramsar pode funcionar como um estímulo para o desenvolvimento de planos efetivos de manejo das áreas, encorajar amplamente a filosofia de que todos os novos Sítios Ramsar devem ter planos de manejo efetivos desenvolvidos antes de serem designados, assim como recursos para implementar esses planos.*

2.3.1 Todos os sítios que estão sendo preparados para a designação Ramsar (2.1.2 acima) têm processos estabelecidos de planejamento para o manejo da área? KRA 2.3.i	Não se aplica
2.3.1 Informações adicionais: Nenhuma área está atualmente sendo preparada para a designação Ramsar.	

Informações adicionais sobre qualquer outro aspecto da implementação da Estratégia 2.3:

ESTRATÉGIA 2.4: Características ecológicas dos Sítios Ramsar. *Manter as características ecológicas de todos os Sítios Ramsar designados, através de planejamento e manejo.*

2.4.1 Quantos Sítios Ramsar possuem um plano de manejo? {2.3.2} KRA 2.4.i	7 sítios
2.4.2 Dos Sítios Ramsar que têm plano de manejo, quantos estão implementando o plano de manejo? KRA 2.4.i	7 sítios

2.4.3 Quantos Sítios Ramsar estão preparando um plano de manejo? KRA 2.4.i	4 sítios
2.4.4 Dos Sítios Ramsar que têm plano de manejo, quantos estão revisando ou atualizando o plano de manejo? KRA 2.4.i	1 sítio
<p>2.4.1 – 2.4.4 Informações adicionais: O Brasil tem no total 11 Sítios Ramsar, listados abaixo. A resposta à questão 1.4.4 fornece informações detalhadas sobre a situação dos planos de manejo.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Parque Nacional do Araguaia (Tocantins, região norte) - Parque Nacional da Lagoa do Peixe (Rio Grande do Sul, região sul) - Parque Nacional do Pantanal Matogrossense (Mato Grosso, região centro-oeste) - Parque Nacional Marinho de Abrolhos (Bahia, região nordeste) - Parque Estadual do Rio Doce (Minas Gerais, região sudeste) - Parque Estadual Parcel do Manuel Luís (Maranhão, região nordeste) - Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá (Amazonas, região norte) - Reserva Particular do Patrimônio Natural SESC Pantanal (Mato Grosso, região centro-oeste) - Reserva Particular do Patrimônio Natural Fazenda Rio Negro (Mato Grosso do Sul, região centro-oeste) - Área de Proteção Ambiental Baixada Maranhense (Maranhão, região nordeste) - Área de Proteção Ambiental Reentrâncias Maranhenses (Maranhão, região nordeste) 	
2.4.5 Os planos de manejo dos Sítios Ramsar estabelecem a manutenção das características ecológicas como um objetivo de manejo? KRA 2.4.ii	A – Sim
<p>2.4.5 Informações adicionais: Como todos os Sítios Ramsar brasileiros são áreas oficialmente protegidas (unidades de conservação), todos seguem as normas para unidades de conservação com relação à preparação de planos de manejo, os quais são preparados principalmente para manter a integridade ecológica dessas áreas.</p>	
2.4.6 Quantos sítios têm um comitê gestor trans-setorial? {2.3.3} KRA 2.4.iv	5 sítios
<p>2.4.6 Informações adicionais (Se for pelo menos “1 sítio”, nomear o(s) sítio(s)):</p> <p>Os seguintes Sítios têm um conselho gestor ou consultivo com representantes de diversos setores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Parque Nacional Marinho de Abrolhos: conselho estabelecido em 2002 - Parque Nacional da Lagoa do Peixe: conselho estabelecido em 2006 - Parque Estadual Rio Doce: conselho estabelecido em 2008 - Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá - RPPN SESC Pantanal (o conselho tem papel consultivo) <p>Adicionalmente, o Parque Nacional do Araguaia já formou um conselho gestor, que está atualmente em processo de aprovação pelo Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade – ICMBio (agência ambiental responsável pelas unidades de conservação federais).</p>	
2.4.7 Quantos sítios prepararam uma descrição de suas características ecológicas? KRA 2.4.v	7 sítios
<p>2.4.7 Informações adicionais (Se for pelo menos “1 sítio”, fornecer o nome do(s) sítio(s) e número oficial): No Brasil, a descrição das características ecológicas é um dos passos obrigatórios do processo de preparação dos planos de manejo para unidades de conservação. Como todos os Sítios Ramsar brasileiros são unidades de conservação, todos os Sítios que têm plano de manejo prepararam uma descrição das características ecológicas da área. Os seguintes Sítios brasileiros possuem essas informações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Parque Nacional do Araguaia - Parque Nacional da Lagoa do Peixe - Parque Nacional do Pantanal Matogrossense - Parque Nacional Marinho de Abrolhos - Parque Estadual do Rio Doce - Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá - Reserva Particular do Patrimônio Natural SESC Pantanal 	

Informações adicionais sobre qualquer outro aspecto da implementação da Estratégia 2.4:

ESTRATÉGIA 2.5: Efetividade do manejo dos Sítios Ramsar. *Avaliar todos os Sítios Ramsar existentes para determinar a efetividade dos arranjos de manejo, em conformidade com o “Arcabouço Estratégico e as diretrizes para o desenvolvimento futuro da Lista de Zonas Úmidas de Importância Internacional”.*

2.5.1 Foram realizadas avaliações da efetividade do manejo dos Sítios Ramsar? {2.3.4} KRA 2.5.i	C – Alguns Sítios
2.5.1 Informações adicionais (Se “Sim” ou “Alguns Sítios”, indicar o ano da avaliação e onde essas informações estão disponíveis): A efetividade do manejo das unidades de conservação federais foi avaliada pelo IBAMA, em colaboração com o WWF-Brasil, em um primeiro esforço abrangente em 2006, utilizando o método RAPPAM (<i>Rapid Assessment and Prioritization of Protected Area Management</i>) de Avaliação Rápida e Priorização da Gestão de Áreas Protegidas (RAPPAM Brasil, 2007; IBAMA e WWF-Brasil, 2007. Efetividade de Gestão das Unidades de Conservação Federais do Brasil. Disponível no seguinte endereço eletrônico: http://assets.wwfbr.panda.org/downloads/efetividade_de_gestao_das_unidades_de_conservacao_federais_do_brasil.pdf). Esse estudo incluiu 84% de todas as unidades de conservação existentes em 2006, construindo uma linha de base para comparação com futuras avaliações periódicas. Uma segunda avaliação foi realizada em 2010, mas os resultados ainda não estão disponíveis ao público na forma eletrônica. Os seguintes Sítios Ramsar participaram dos dois ciclos (2006 e 2010) de avaliação da efetividade do manejo: Parque Nacional do Araguaia; Parque Nacional Marinho de Abrolhos; Parque Nacional da Lagoa do Peixe; e Parque Nacional do Pantanal Matogrossense (Nota: o Parque Nacional Marinho de Abrolhos só foi designado como Sítio Ramsar em 2010). A média da efetividade do manejo de <u>todas</u> as unidades de conservação federais avaliadas no país foi calculada em 41% em 2006 e 48% em 2010, enquanto que a média considerando apenas os Sítios Ramsar brasileiros foi um pouco mais alta, alcançando 49% em 2006 e 57% em 2010.	

Informações adicionais sobre qualquer outro aspecto da implementação da Estratégia 2.5:

ESTRATÉGIA 2.6: Status dos Sítios Ramsar. *Monitorar a condição dos Sítios Ramsar e enfrentar as modificações negativas de suas características ecológicas, notificar o Secretariado de Ramsar sobre as modificações sofridas por Sítios Ramsar, e utilizar o Registro de Montreux, se apropriado, e a Missão de Aconselhamento de Ramsar como ferramentas para lidar com os problemas.*

2.6.1 Existem arranjos estabelecidos para que a Autoridade Administrativa seja informada sobre modificações atuais ou prováveis induzidas por atividades humanas nas características ecológicas dos Sítios Ramsar, em conformidade com o Artigo 3.2? {2.4.1} KRA 2.6.i	A – Sim
2.6.1 Informações adicionais (Se “Sim” ou “Alguns Sítios”, resumir o(s) mecanismo(s) estabelecido(s)): Apesar da falta de um mecanismo específico para o fornecimento dessas informações, o contato mantido entre o ponto focal e os gestores dos Sítios é próximo o suficiente para permitir uma comunicação constante sobre eventuais modificações nos Sítios. Adicionalmente, o Ministério do Meio Ambiente – MMA (Autoridade Administrativa para Ramsar), o Instituto Chico Mendes para a Conservação da Biodiversidade – ICMBio (agência do MMA) e instituições parceiras possuem mecanismos de monitoramento estabelecidos para atualizar informações sobre as modificações ecológicas em unidades de conservação, tais como o monitoramento por satélite da cobertura vegetal e das ocorrências de queimadas.	

2.6.2 Todos os casos de modificações negativas atuais ou prováveis induzidas por atividades humanas nas características ecológicas dos Sítios Ramsar foram relatadas ao Secretariado de Ramsar, em conformidade com o Artigo 3.2? {2.4.2} KRA 2.6.i	Z – Sem modificações negativas
2.6.2 Informações adicionais (Se “Sim” ou “Alguns casos”, indicar para quais Sítios Ramsar a Autoridade Administrativa fez relatos do Artigo 3.2 para o Secretariado e para quais Sítios esses relatos de modificações ou modificações prováveis ainda não foram feitos):	
Não foram observadas modificações significativas nos Sítios Ramsar.	

2.6.3 Se for aplicável, foram realizadas ações para enfrentar as questões por causa das quais os Sítios Ramsar foram listados no Registro de Montreux, inclusive a solicitação de uma Missão de Aconselhamento de Ramsar? {2.4.3} KRA 2.6.ii	Z – N/A
2.6.3 Informações adicionais (Se “Sim”, indicar as ações realizadas):	
Nenhum Sítio Ramsar brasileiro está listado no Registro de Montreux.	

Informações adicionais sobre qualquer outro aspecto da implementação da Estratégia 2.6:

ESTRATÉGIA 2.7: Gestão de outras zonas úmidas internacionalmente importantes. *Gestão adequada e racional alcançada para aquelas zonas úmidas internacionalmente importantes que ainda não foram formalmente designadas como Sítios Ramsar, mas que foram identificadas através da aplicação doméstica do Arcabouço Estratégico ou de um processo equivalente.*

2.7.1 As características ecológicas das zonas úmidas internacionalmente importantes que ainda não foram designadas como Sítios Ramsar foram mantidas? KRA 2.7.i	C – Alguns sítios
2.7.1 Informações adicionais:	
Parte das zonas úmidas internacionalmente importantes que ainda não são Sítios Ramsar (Reservas da Biosfera, Sítios do Patrimônio Mundial) no Brasil ainda mantêm suas características ecológicas, conforme indicado pela lista de Áreas Prioritárias para a Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade Brasileira e seu subconjunto de áreas prioritárias para a conservação de zonas úmidas, muitas das quais estão sendo consideradas pelo Comitê Nacional de Zonas Úmidas como possíveis candidatas para a designação Ramsar (ver resposta à questão 2.1.1). Entretanto, algumas dessas áreas estão ameaçadas ou estão sendo fortemente impactadas, tais como o Pantanal e as áreas de manguezais, principalmente pelo desmatamento, por alterações no regime hidrológico e por atividades de aquicultura, entre outras fontes de impacto.	

Informações adicionais sobre qualquer outro aspecto da implementação da Estratégia 2.7:

META 3. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

ESTRATÉGIA 3.1: Sinergias e parcerias com MEAs e IGOs. *Trabalhar como parceiros com os acordos ambientais multilaterais internacionais e regionais (MEAs) e outras agências intergovernamentais (IGOs).*

3.1.1 Existem mecanismos estabelecidos em nível nacional para a colaboração entre a Autoridade Administrativa para Ramsar e os pontos focais de outros acordos ambientais multilaterais (MEAs)? {3.1.1} KRAs 3.1.i & 3.1.ii	C - Parcialmente
---	------------------

3.1.1 Informações adicionais:
Embora não haja um mecanismo específico estabelecido para esse propósito, a proximidade entre os pontos focais técnicos da Convenção de Ramsar e da Convenção sobre Diversidade Biológica, devido à sua localização na mesma Secretaria do Ministério do Meio Ambiente, facilita a comunicação e a colaboração em questões de interesse mútuo. O mesmo é verdade para os pontos focais políticos dessas duas convenções, que estão localizados na mesma Divisão do Ministério de Relações Exteriores.

3.1.2 Os pontos focais nacionais de outros MEAs são convidados a participar no Comitê Nacional de Ramsar/Zonas Úmidas? {3.1.2} KRAs 3.1.i & 3.1.iv	B – Não
--	---------

3.1.2 Informações adicionais:

3.1.3 Existem mecanismos estabelecidos no nível nacional para a colaboração entre a Autoridade Administrativa para Ramsar e os pontos focais de agências da ONU e outras agências e órgãos globais e regionais (ex.: PNUMA, PNUD, OMS, FAO, UNECE, ITTO, etc.)? KRA 3.1.iv	B – Não
--	---------

3.1.3 Informações adicionais:
Embora não exista um mecanismo específico estabelecido para esse propósito, algumas iniciativas levam à troca de informações relevantes para as zonas úmidas, tais como os cursos promovidos pelo PNUMA (ex.: Curso Regional sobre a Gestão Integrada de Água e Áreas Costeiras – MIAAC).

3.1.4 [Apenas para Partes Contratantes africanas] A Parte Contratante participou da implementação do programa de zonas úmidas do NEPAD? {3.1.3} KRA 3.1.iii	Z – N/A
---	---------

3.1.4 Informações adicionais:

Informações adicionais sobre qualquer outro aspecto da implementação da Estratégia 3.1:

ESTRATÉGIA 3.2: Iniciativas regionais. *Apoiar os arranjos regionais existentes da Convenção e promover arranjos adicionais.*

3.2.1 A Parte Contratante se envolveu no desenvolvimento e na implementação de uma Iniciativa Regional no âmbito da Convenção? {2.6.1} KRA 3.2.i	A – Sim
--	---------

3.2.1 Informações adicionais:
O Brasil está atualmente envolvido em duas iniciativas de cooperação regional no âmbito da Convenção:
- Iniciativa Regional de Conservação e Uso Sustentável das Zonas Úmidas Fluviais da Bacia do Prata: Aprovada pela COP-9 da Convenção de Ramsar em 2005 (Resolução IX.7), essa Iniciativa está atualmente desenvolvendo sua estratégia e envolve cinco países: Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai.

- Iniciativa Regional para a Conservação e Uso Racional de Manguezais e Corais: Estabelecida em 2010 e atualmente definindo seus objetivos e metas, essa Iniciativa envolve 13 países: Brasil, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Guatemala, México, Peru, Equador, Colômbia, Honduras, República Dominicana, Panamá e Venezuela.

Adicionalmente, o Brasil também está envolvido na seguinte iniciativa regional:

- Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata: Esse Centro resultou de uma série de diálogos entre especialistas latino-americanos em educação ambiental, realizados em 2006. Desde então, ONGs; agências governamentais da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai; universidades e representantes de povos indígenas dos cinco países se envolveram na iniciativa. A missão do Centro é contribuir para ações e intervenções de educação ambiental para responder aos desafios socioambientais globais, regionais e locais, com base em documentos planetários como a Carta da Terra, os Objetivos do Milênio, o Manifesto pela Vida e o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. O Centro opera dentro da Bacia do Prata, tendo a água como o tema central de suas atividades.

3.2.2 Seu país forneceu apoio ou participou do desenvolvimento de outros centros regionais (ou seja, envolvendo mais de um país) de treinamento e pesquisa sobre zonas úmidas? {4.10.1}	B – Não
3.2.2 Informações adicionais (Se “Sim”, indicar o(s) nome(s) do(s) centro(s)):	

Informações adicionais sobre qualquer outro aspecto da implementação da Estratégia 3.2:

ESTRATÉGIA 3.3: *Promover a assistência internacional para apoiar a conservação e o uso racional das zonas úmidas, assegurando ao mesmo tempo que salvaguardas e avaliações ambientais sejam um componente integrante de todos os projetos de desenvolvimento que afetam zonas úmidas, incluindo investimentos estrangeiros e domésticos.*

3.3.1 [Apenas para Partes Contratantes com agências de assistência ao desenvolvimento (“países doadores”): Foi fornecido financiamento de apoio pela agência de assistência ao desenvolvimento para a conservação e manejo de zonas úmidas em outros países? {4.5.1} KRA 3.3.i	Z – N/A
3.3.1 Informações adicionais (Se “Sim”, indicar os países apoiados desde a COP-10):	

3.3.2 [Apenas para Partes Contratantes com agências de assistência ao desenvolvimento (“países doadores”): Foram incluídas salvaguardas e avaliações ambientais nas propostas de desenvolvimento apresentadas pela sua agência de apoio ao desenvolvimento? KRA 3.3.ii	Z – N/A
3.3.2 Informações adicionais:	

3.3.3 [Apenas para Partes Contratantes que receberam assistência para desenvolvimento (“países receptores”): Foi recebido financiamento de apoio das agências de assistência para o desenvolvimento especificamente para a conservação e manejo de zonas úmidas no país? {4.5.2}	A – Sim
3.3.3 Informações adicionais (Se “Sim”, indicar de quais países/agências desde a COP-10): O Brasil recebeu em 2010 recursos financeiros do fundo <i>Wetlands for the Future</i> , da Convenção de Ramsar, como indicado abaixo:	

- Projeto Brasil no Fórum ICRI: US\$ 5.000
- Projeto para o Fortalecimento e Consolidação do Comitê Nacional de Zonas Úmidas: US\$ 20.000.

Informações adicionais sobre qualquer outro aspecto da implementação da Estratégia 3.3:

ESTRATÉGIA 3.4: Compartilhamento de informações e especialidades. *Promover o compartilhamento de conhecimentos específicos e informações relacionados à conservação e ao uso racional de zonas úmidas.*

3.4.1 Foram estabelecidas redes nacionais ou internacionais, incluindo arranjos de compatibilização, para o compartilhamento de conhecimentos e treinamento sobre zonas úmidas que possuem características comuns? {3.2.1}	A – Sim
<p>3.4.1 Informações adicionais (Se “Sim” ou “Parcialmente”, indicar as redes e zonas úmidas envolvidas):</p> <p>O Brasil tem atualmente as seguintes redes para zonas úmidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Rede Pantanal: envolve zonas úmidas do Pantanal. - Rede MangueMar: envolve ambientes costeiros e de manguezais. Essa rede representa a Red Manglar no Brasil. - Rede Aguapé (Rede Pantanal para Educação Ambiental): envolve ambientes de água doce do Pantanal e do Alto Paraguai. - Agência Brasileira de Gerenciamento Costeiro: organização não-governamental composta por uma rede de ONGs localizadas na zona costeira e marinha. - Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata: envolve ambientes de água doce da bacia do Rio da Prata. - Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Áreas Úmidas (INAU): essa rede é composta por diversas universidades e tem um foco inicial em água doce, mas pode envolver todos os tipos de zonas úmidas. <p>Adicionalmente, existem sociedades científicas brasileiras que estão envolvidas com questões ligadas às zonas úmidas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC): envolve todos os tipos de zonas úmidas. - Sociedade Brasileira de Limnologia (SBL): envolve ambientes de água doce. - Sociedade Brasileira de Oceanografia (SBO): envolve ambientes marinhos. 	
3.4.2 As informações sobre as zonas úmidas e/ou Sítios Ramsar do seu país foram disponibilizadas ao público (ex.: por meio de publicações ou uma página eletrônica)? {3.2.2}	A – Sim
<p>3.4.2 Informações adicionais:</p> <p>Informações sobre as zonas úmidas e os Sítios Ramsar brasileiros foram disponibilizadas ao público por meio da página eletrônica do Ministério do Meio Ambiente; publicações sobre questões relacionadas à Convenção de Ramsar; publicação de artigo (artigo “Para a Proteção das Águas do Planeta”, publicado na edição de 2011 da Revista BioParaná, do Conselho Regional de Biologia); e uma apresentação sobre a Convenção de Ramsar no Brasil, durante o Seminário sobre o Pantanal e as Mudanças Climáticas (08 de abril de 2010).</p>	
3.4.3 Foram transmitidas informações sobre as zonas úmidas e/ou Sítios Ramsar do seu país para o Secretariado de Ramsar para divulgação? KRA 3.4.ii	A – Sim
<p>3.4.3 Informações adicionais:</p> <p>O Brasil transmitiu informações ao Secretariado sobre zonas úmidas brasileiras e questões relacionadas às zonas úmidas, mudanças climáticas e florestas (temas do Dia Internacional das Zonas Úmidas de 2010 e 2011), para publicação na página eletrônica de Ramsar.</p>	
<p>Informações adicionais sobre qualquer outro aspecto da implementação da Estratégia 3.4:</p>	

ESTRATÉGIA 3.5: Zonas úmidas, bacias hidrográficas e espécies migratórias compartilhadas. *Promover inventários e a cooperação para a gestão de zonas úmidas e bacias hidrográficas compartilhadas, incluindo o monitoramento cooperativo e o manejo de espécies compartilhadas que são dependentes de zonas úmidas.*

3.5.1 Foram identificados todos os sistemas trans-fronteiriços / compartilhados de zonas úmidas? {2.5.1} KRA 3.5.i	A – Sim
<p>3.5.1 Informações adicionais:</p> <p>O Brasil tem uma faixa de fronteira de 150 km de largura ao longo de uma linha de fronteira de 16.886 km compartilhados com outros países, onde diversos sistemas trans-fronteiriços importantes estão localizados. As quatro bacias hidrográficas de classificação mais alta ao longo da fronteira compartilhada estão listadas abaixo, de norte a sul do país (todas contêm mais de uma classe menor de bacias):</p> <ul style="list-style-type: none"> - Bacia hidrográfica do rio Oiapoque. - Bacia hidrográfica do rio Amazonas, com 11 sub-bacias compartilhadas dos seguintes rios: (i) Içá; (ii) Japurá; (iii) Negro; (iv) Nhamundá; (v) Trombetas; (vi) Paru; (vii) Jari; (viii) Javari; (ix) Juruá; (x) Purus; e (xi) Madeira. - Bacia hidrográfica do Rio da Prata, com três sub-bacias compartilhadas dos seguintes rios: (i) Paraguai; (ii) Paraná; e (iii) Uruguai. - Bacia hidrográfica do rio Guaíba e sistema lagunar. 	
3.5.2 Foi estabelecida a gestão cooperativa efetiva de sistemas compartilhados de zonas úmidas (por exemplo, em bacias hidrográficas e zonas costeiras compartilhadas)? {2.5.2} KRA 3.5.ii	D – Planejado
<p>3.5.2 Informações adicionais (se “Sim” ou “Parcialmente”, indicar para quais sistemas de zonas úmidas essa gestão foi estabelecida):</p> <p>O Brasil faz parte da Iniciativa Regional de Conservação e Uso Sustentável das Zonas Úmidas Fluviais da Bacia do Prata, atualmente sendo desenvolvida no âmbito da Convenção de Ramsar (ver resposta à questão 3.2.1).</p>	
3.5.3 Seu país participa de redes ou iniciativas regionais para espécies migratórias que dependem de zonas úmidas? KRA 3.5.iii	A – Sim
<p>3.5.3 Informações adicionais:</p> <p>O Parque Nacional da Lagoa do Peixe e a Área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses são Sítios Ramsar que participam da Rede Hemisférica de Reservas para Aves Migratórias (WHSRN). O Parque Nacional da Lagoa do Peixe está desenvolvendo um projeto para avaliar o efeito da abertura da barra da Lagoa do Peixe sobre a disponibilidade de alimentos para aves limícolas migratórias. O Sítio das Reentrâncias Maranhenses é uma área importante de alimentação e descanso para aves migratórias.</p>	
<p>Informações adicionais sobre qualquer outro aspecto da implementação da Estratégia 3.5:</p>	

META 4. CAPACIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO

ESTRATÉGIA 4.1: CEPA. *Apoiar e ajudar a implementação em todos os níveis, onde adequado, do Programa de Comunicação, Educação, Participação e Conscientização da Convenção (Resolução X.8), para promover a conservação e o uso racional das zonas úmidas por meio da comunicação, educação, participação, conscientização (CEPA) e trabalho para alcançar uma conscientização mais ampla das metas, mecanismos e principais constatações da Convenção.*

<p>4.1.1 Foi estabelecido um (ou mais) Plano de Ação para as zonas úmidas? {4.4.2} KRA 4.1.i</p> <p>a) Em nível nacional b) Em nível sub-nacional c) Em nível de bacia / área de captação d) Em nível local / do sítio</p> <p>(Mesmo se nenhum plano para CEPA tiver sido desenvolvido, caso objetivos mais amplos para ações de CEPA tenham sido desenvolvidos, indicar esse fato na seção de informações adicionais abaixo.)</p>	<p>B – Não B – Não B – Não A – Sim</p>
<p>4.1.1 Informações adicionais (Se “Sim” ou “Em progresso” para alguma das quatro questões acima, descrever o mecanismo e identificar se o mesmo envolve NFPs de CEPA): Os seguintes Sítios Ramsar brasileiros implementam programas de educação e conscientização em nível local:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Parque Nacional do Pantanal Matogrossense - Parque Estadual Parcel do Manuel Luís - Parque Estadual do Rio Doce - Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá - Área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses - Área de Proteção Ambiental Baixada Maranhense - Reserva Particular do Patrimônio Natural SESC Pantanal - Reserva Particular do Patrimônio Natural da Fazenda Rio Negro <p>Em nível nacional, o Departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente implementa diversos programas de educação ambiental que podem incluir zonas úmidas, mas não há um programa direcionado especificamente para zonas úmidas.</p>	
<p>4.1.2 Quantos centros (de visitantes / interpretação / educação) foram estabelecidos em Sítios Ramsar e outras zonas úmidas? {4.4.6} KRA 4.1.ii</p>	<p>4 centros</p>
<p>4.1.2 Informações adicionais (Se os centros forem parte de uma rede nacional ou internacional, descrever a(s) rede(s)):</p> <p>Os seguintes Sítios têm centros, que não são parte de uma rede:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Parque Nacional Marinho de Abrolhos - Parque Estadual do Rio Doce - Reserva Particular do Patrimônio Natural SESC Pantanal - Parque Nacional do Pantanal Matogrossense 	
<p>4.1.3 A Parte Contratante:</p> <p>a) promove a participação pública nas tomadas de decisão relacionadas ao planejamento e gestão de zonas úmidas? b) envolve especificamente os atores locais na seleção de novos Sítios Ramsar e na gestão de Sítios Ramsar? {4.1.3} KRA 4.1.iii</p>	<p>A – Sim A – Sim</p>

4.1.3 Informações adicionais (Se “Sim” ou “Parcialmente”, fornecer informações sobre as formas de envolvimento das comunidades locais):

a) O Brasil instituiu Comitês de Bacia participativos para apoiar a preparação do planejamento e gestão local ou regional de bacias hidrográficas (ver resposta à questão 1.7.2). Outras instâncias participativas, tais como os Conselhos Municipais e Estaduais de Meio Ambiente, também contribuem para as tomadas de decisão que podem afetar as zonas úmidas. A efetividade da participação pública nesses Comitês e Conselhos varia de acordo com as condições locais e grau de envolvimento da comunidade. Adicionalmente, como unidades de conservação, os Sítios Ramsar brasileiros (e outras unidades de conservação não designadas que contêm zonas úmidas) possuem conselhos gestores ou consultivos, que participam do desenvolvimento do plano de manejo dos Sítios e da tomada de decisão sobre o planejamento e manejo do Sítio.

b) Os atores são envolvidos na seleção de novos Sítios Ramsar através de seus representantes no Comitê Nacional de Zonas Úmidas. Manejo: ver o item *a* acima.

4.1.4 As necessidades nacionais e locais de treinamento para a implementação da Convenção foram avaliadas? {4.10.2} KRAs 4.1.iv & 4.1.viii	B – Não
--	---------

4.1.4 Informações adicionais:

4.1.5 Quantas oportunidades de treinamento para gestores de sítios de zonas úmidas foram oferecidas desde a COP-10? {4.10.3} KRA 4.1.iv	4 oportunidades
---	-----------------

4.1.5 Informações adicionais (inclusive sobre o uso dos Manuais Ramsar sobre Uso Racional nos treinamentos): O Ministério do Meio Ambiente (MMA) realizou, em parceria com a ONG Mater Natura, oficinas locais em seis dos oito Sítios então existentes entre 2007 e 2009 (PARNA Araguaia, PARNA Pantanal, PARNA Lagoa do Peixe, APA Baixada Maranhense, APA das Reentrâncias Maranhenses e Parque Estadual Marinho do Parcel de Manuel Luís). Essas oficinas treinaram gestores de Sítios e equipes técnicas no uso da ferramenta de Planejamento para a Conservação de Áreas – PCA (desenvolvida pela ONG TNC), e aplicaram a ferramenta a cada Sítio, identificando os principais alvos de conservação, ameaças e ações prioritárias para cada Sítio. A partir dos resultados dessas oficinas, em 2010 o MMA apoiou o desenvolvimento, através de uma consultoria, de projetos específicos para cada Sítio para a captação de recursos. Os outros dois Sítios (RDS Mamirauá e RPPN SESC Pantanal) já possuíam outros tipos de apoio e por esse motivo não foram priorizados na época.

Em 2010 o número de Sítios Ramsar brasileiros já havia aumentado para 11. Em abril de 2010 o MMA apoiou uma reunião com a participação de 10 gestores de Sítio (apenas o gestor do Parque Nacional Marinho de Abrolhos não estava presente), onde foram apresentadas as atividades e projetos em curso em cada Sítio e discutidas as ameaças e pressões enfrentadas por cada área. A reunião permitiu a discussão detalhada entre os gestores para identificar soluções e novas idéias para melhorar a proteção e o manejo de cada Sítio.

Uma oficina de Avaliação em Conservação foi realizada em novembro de 2010 para capacitar os gestores dos Sítios Ramsar brasileiros no uso da Ferramenta de Avaliação de Projetos de Conservação (PET – *Project Evaluation Tool*), elaborada pelo Fórum de Conservação de Cambridge. Os gestores utilizaram a ferramenta para avaliar todos os projetos em execução em seus respectivos Sítios. Os gestores de oito Sítios participaram da oficina: PARNA Pantanal; PARNA Araguaia; APA Reentrâncias Maranhenses; APA Baixadas Maranhenses; PE Marinho do Parcel de Manuel Luís; PARNA Lagoa do Peixe; PE do Rio Doce; e PARNA Marinho de Abrolhos.

Adicionalmente, o MMA promoveu visitas de intercâmbio entre os gestores em novembro e dezembro de 2010, de acordo com a afinidade de tipos de ecossistemas, projetos ou ameaças em comum entre cada duas UCs. As visitas permitiram que os gestores interagissem com diferentes equipes técnicas, parceiros e comunidades locais, além de verificar *in loco* as questões enfrentadas por outros Sítios e as estratégias sendo implementadas para enfrentar as questões de ameaça e conservação. Cinco visitas de intercâmbio foram realizadas: (i) PARNA Araguaia visitou a RDS Mamirauá; (ii) Parque Estadual Rio Doce visitou a APA Baixada Maranhense; (iii) PARNA Pantanal Matogrossense visitou o PARNA Lagoa do Peixe; (iv) APA Reentrâncias Maranhenses visitou PARNA Pantanal Matogrossense; e (v) APA Baixada Maranhense visitou a RPPN SESC Pantanal.

4.1.6 O país tem um Comitê Nacional para Ramsar / Zonas Úmidas (ou instância equivalente)? {4.8.2}	A – Sim
<p>4.1.6 Informações adicionais (Se “Sim”, indique (a) seus membros; (b) a frequência de suas reuniões; e (c) quais são as responsabilidades do Comitê):</p> <p>O Brasil tem um Comitê Nacional de Zonas Úmidas (CNZU) criado em outubro de 2003, com o mandato de participar dos processos de tomada de decisões e definição de diretrizes para a implementação da Convenção de Ramsar no Brasil. O CNZU realiza duas reuniões ordinárias por ano e reuniões extraordinárias adicionais conforme necessário. O Comitê cria Comissões Técnicas para trabalhar em temas específicos conforme for relevante e, quando necessário, Grupos de Trabalho podem ser criados dentro das Comissões Técnicas. As Comissões Técnicas e os Grupos de Trabalho podem realizar quantas reuniões forem necessárias, dependendo da disponibilidade de recursos. O CNZU é composto por:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Cinco representantes do Ministério do Meio Ambiente, sendo um de cada Secretaria seguinte: (i) Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental; (ii) Recursos Hídricos e Ambiente Urbano; (iii) Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável; (iv) Articulação Institucional e Cidadania Ambiental; e (v) Biodiversidade e Florestas. - Um representante dos seguintes órgãos, entidades, ONGs e segmentos: (i) Ministério das Relações Exteriores; (ii) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; (iii) Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República (hoje Ministério da Pesca e Aquicultura); (iv) Agência Nacional de Águas; (v) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; (vi) Fundação Nacional do Índio; (vii) Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente; (viii) dos sítios brasileiros incluídos na Lista de Zonas Úmidas de Importância Internacional; (ix) do setor empresarial, indicado pela Confederação Nacional da Agricultura; (x) do setor empresarial, indicado pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável; (xi) do segmento da comunidade acadêmica e científica envolvido no tema em questão, da área costeira e marinha, indicado pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; e (xii) do segmento da comunidade acadêmica e científica envolvido no tema em questão, da área continental, indicado pela Sociedade Brasileira de Limnologia. - Cinco representantes de organizações não-governamentais ambientalistas com atuação na área em questão. <p>O CNZU tem as seguintes responsabilidades: (i) propor ao Ministério do Meio Ambiente as diretrizes e ações para a conservação, gestão e uso sustentável dos recursos ambientais nas zonas úmidas brasileiras; (ii) contribuir para o desenvolvimento de diretrizes e para a análise do processo de planejamento estratégico a ser realizado para a preparação de um Plano Nacional de Zonas Úmidas; (iii) propor e avaliar propostas de novos Sítios Ramsar; (iv) avaliar as propostas de projetos a serem apresentados para financiamento dos fundos da Convenção de Ramsar; (v) fornecer informações de apoio para as delegações brasileiras enviadas às reuniões da Convenção de Ramsar e para a preparação dos Relatórios Nacionais para essa Convenção; (vi) apoiar a implementação nacional da Convenção de Ramsar; (vii) divulgar informações sobre a Convenção de Ramsar e encorajar a participação pública na sua implementação; e (viii) apresentar uma proposta para os regulamentos internos do CNZU ao Ministério do Meio Ambiente.</p>	
<p>4.1.7 Existem outros mecanismos de comunicação (além de um comitê nacional) estabelecidos para compartilhar a implementação das diretrizes de Ramsar e outras informações entre a Autoridade Administrativa para Ramsar e:</p> <p>a. gestores de Sítios Ramsar?</p> <p>b. os pontos focais nacionais de outros MEA?</p> <p>c. ministérios, departamentos e agências relevantes?</p> <p>{4.4.3} KRA 4.1.vi</p>	<p>B – Não</p> <p>B – Não</p> <p>B – Não</p>
4.1.7 Informações adicionais (Se “Sim” ou “Parcialmente”, descrever os tipos de mecanismos existentes):	
4.1.8 Foram realizadas no país atividades relacionadas ao Dia Internacional das Zonas Úmidas, lideradas pelo governo ou por ONGs ou ambos, desde a COP-10? {4.4.5}	A – Sim

4.1.8 Informações adicionais:
 O Ministério do Meio Ambiente (MMA) celebra o Dia Internacional das Zonas Úmidas todos os anos, com o apoio de agências ambientais estaduais, ONGs, universidades e outros parceiros locais. O MMA prepara materiais impressos com base nas informações fornecidas pelo Secretariado de Ramsar, que são traduzidas para o português e adaptadas às questões brasileiras.

4.1.9 Foram realizadas campanhas, programas e projetos (além dos Dias Internacionais das Zonas Úmidas) desde a COP-10, para conscientizar sobre a importância das zonas úmidas para as pessoas e vida silvestre, e sobre os benefícios / serviços ecossistêmicos fornecidos pelas zonas úmidas? {4.4.4}	A – Sim
---	---------

4.1.9 Informações adicionais (caso tenha sido fornecido apoio para que outras organizações realizassem essas e outras atividades de CEPA, indicar isso):
 Além dos Dias Internacionais das Zonas Úmidas, o Ministério do Meio Ambiente desenvolve outras campanhas de conscientização de acordo com as questões emergentes e prioridades nacionais, que são realizadas conforme a disponibilidade de recursos e a relevância do tema para o momento (ver resposta à questão 1.11.1). Até o momento, as seguintes campanhas já foram realizadas:

- Campanha de Conduta Consciente em Ambientes Recifais
- Campanha de Conduta Consciente em Ambientes Marinhos (observação de baleias)
- Campanha de Conduta Consciente em Praias
- Consumo Legal de Pescados (lagosta)

Informações adicionais sobre qualquer outro aspecto da implementação da Estratégia 4.1:

ESTRATÉGIA 4.2: Capacidade financeira da Convenção. *Fornecer os recursos necessários para a governança, mecanismos e programas da Convenção para que as expectativas da Conferência das Partes Contratantes possam ser alcançadas, dentro da disponibilidade de recursos existentes e por meio do uso efetivo desses recursos; explorar e viabilizar opções e mecanismos para mobilizar recursos novos e adicionais para a implementação da Convenção.*

4.2.1 a) As contribuições para Ramsar foram pagas integralmente em 2009, 2010 e 2011? {4.6.1} KRA 4.2.i	A – Sim
b) Caso a resposta ao item 4.2.1 a) tenha sido “Não”, esclarecer o plano estabelecido para assegurar o pronto pagamento futuro:	

4.2.2 Foi fornecido algum apoio financeiro adicional por meio de contribuições voluntárias para as atividades não-centrais financiadas pela Convenção? {4.6.2} KRA 4.2.i	B – Não
4.2.2 Informações adicionais (Se “Sim”, indicar as quantias e para quais atividades):	

Informações adicionais sobre qualquer outro aspecto da implementação da Estratégia 4.2:

ESTRATÉGIA 4.3: Efetividade dos mecanismos da Convenção. *Assegurar que a Conferência das Partes Contratantes, o Comitê Permanente, o Painel Científico e Técnico de Revisão e o Secretariado estejam operando com alto nível de eficiência e eficácia para apoiar a implementação da Convenção.*

4.3.1 A Parte Contratante usou seus Relatórios Nacionais de Ramsar anteriores para monitorar sua implementação da Convenção? {4.7.1} KRA 4.3.ii	A – Sim
4.3.1 Informações adicionais (Se “Sim”, indicar como os Relatórios foram utilizados para monitorar): O relatório anterior foi utilizado como linha de base para avaliar os avanços obtidos nos últimos quatro anos, conforme demonstrados nesse relatório atual.	

4.3.2 O Secretariado foi atualizado sobre quaisquer novas indicações e modificações nos pontos focais e contatos usuais da Autoridade Administrativa (inclusive com relação aos Pontos Focais Nacionais para CEPA e STRP)? KRA 4.3.i	A – Sim
4.3.2 Informações adicionais: A última modificação foi bastante recente (novo Ponto Focal para CEPA) e sua comunicação oficial já foi enviada pelo Ministério do Meio Ambiente em junho de 2011, através do Ministério das Relações Exteriores.	

Informações adicionais sobre qualquer outro aspecto da implementação da Estratégia 4.3:

ESTRATÉGIA 4.4: Trabalho com as IOPs e outros. *Maximizar os benefícios de trabalhar com as Organizações Internacionais Parceiras (IOPs*) da Convenção e outros parceiros.*

* As IOPs são: BirdLife International, o Instituto Internacional de Gestão Hídrica (IWMI), a IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza), Wetlands International, e o WWF Internacional.

4.4.1 Seu país recebeu assistência de uma ou mais das IOPs da Convenção para a sua implementação da Convenção? {4.9.1} KRA 4.4.iii	A – Sim
4.4.1 Informações adicionais (Se “Sim”, indicar o(s) nome(s) da(s) IOP(s) e o tipo da assistência fornecida): O Brasil recebeu assistência financeira do WWF (ver resposta à questão 3.3.3); e a BirdLife International tem assento no Comitê Nacional de Zonas Úmidas, onde contribui com informações atualizadas sobre as Áreas Importantes para Aves (IBA) identificadas no país, com base nos critérios de Ramsar. Esse é um mecanismo de priorização para definir potenciais Sítios Ramsar com base em dados sobre biodiversidade.	

4.4.2 Seu país forneceu assistência para uma ou mais das IOPs da Convenção? {4.9.2} KRA 4.4.iii	B – Não
4.4.2 Informações adicionais (Se “Sim”, indicar o(s) nome(s) da(s) IOP(s) e o tipo da assistência fornecida):	

Informações adicionais sobre qualquer outro aspecto da implementação da Estratégia 4.4:

A **Seção 4** ([www/ramsar.org/doc/cop11/cop11_nrform_e_sec4.doc](http://www Ramsar.org/doc/cop11/cop11_nrform_e_sec4.doc)) é um Anexo opcional do Formato do Relatório Nacional, para permitir que as Partes Contratantes forneçam separadamente, se assim desejarem, informações adicionais sobre qualquer uma ou todas as suas Zonas Úmidas de Importância Internacional (Sítios Ramsar).